

REDE RIO CRIANÇA

(2001 - 2009)

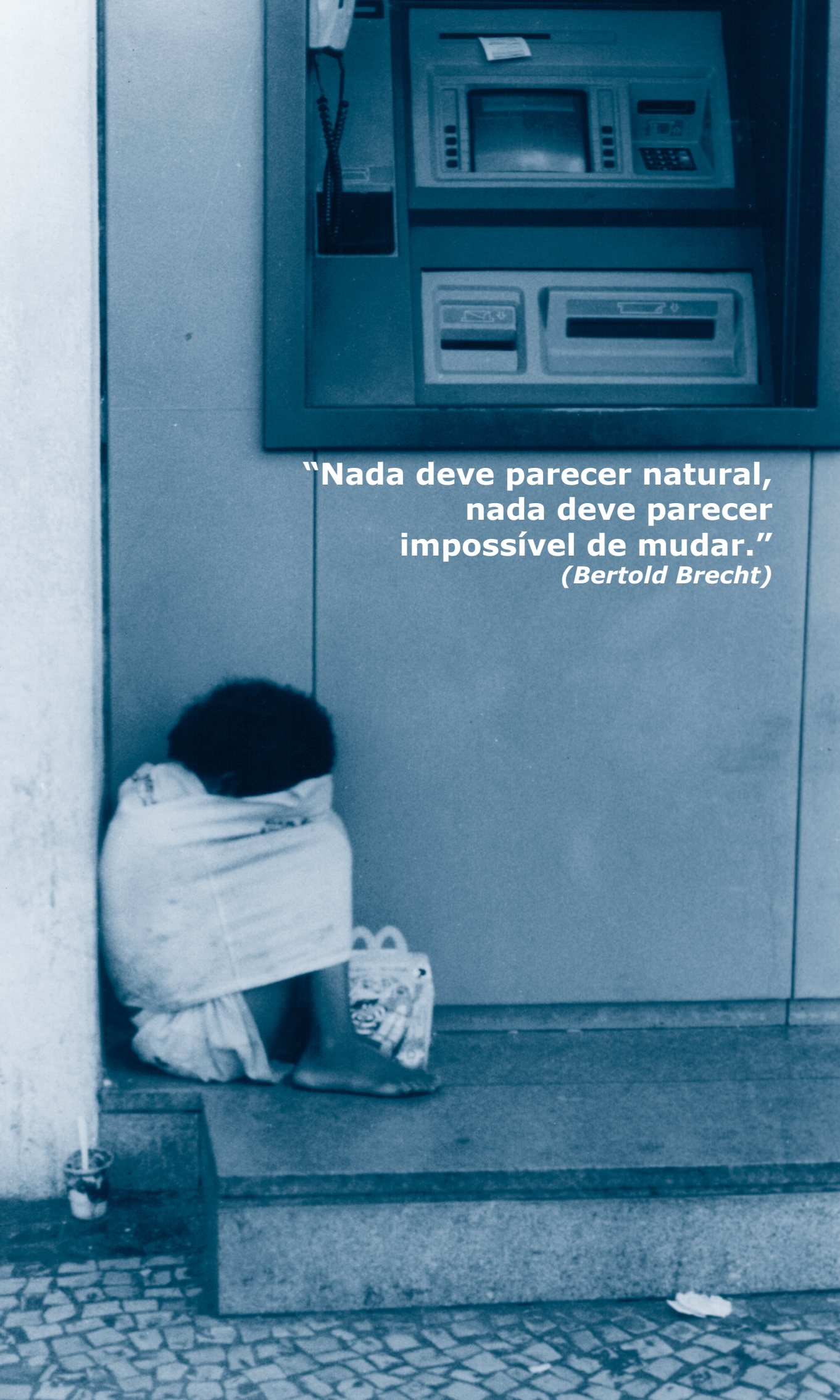


*A experiência e lições
aprendidas no trabalho com
crianças e adolescentes em
situação de rua no RJ*


Liberdade

***Diz Durito “que a liberdade é como o amanhecer.
Alguns o esperam dormindo, mas outros acordam
e caminham durante a noite para alcançá-lo.
Eu digo que nós, Zapatistas somos viciados em insônia e
deixamos a história desesperada.”***

(do poema “As três flores da esperança”, do Exército Zapatista - EZLN)



**"Nada deve parecer natural,
nada deve parecer
impossível de mudar."
*(Bertold Brecht)***



**A experiência e lições
aprendidas no trabalho com
crianças e adolescentes em
situação de rua no RJ**

Presidente da República:
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente:
José de Alencar Gomes da Silva

Ministro da Justiça:
Tarso Genro

Secretário Especial dos Direitos Humanos:
Paulo de Tarso Vannuchi

Secretário Adjunto - SEDH:
Rogério Sottili

**Subsecretária de Promoção dos Direitos
da Criança e do Adolescente:**
Carmem Silveira de Oliveira

**REDE RIO CRIANÇA (2001 – 2009)
A EXPERIÊNCIA E LIÇÕES APRENDIDAS
NO TRABALHO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE RUA NO RJ**

INSTITUIÇÕES QUE INTEGRAM A REDE RIO CRIANÇA:

Associação Beneficente AMAR; Associação Beneficente São Martinho;
Associação Brasileira Terra dos Homens; Associação Excola;
Banco da Providência; Casa do Menor São Miguel Arcanjo;
CEDECA – RJ; Centro de Teatro do Oprimido (CTO-Rio);
Childhope Brasil; Criança Rio; Fondation Terre des hommes (Tdh);
Fundação Bento Rubião; Movimento Nacional de Meninos e
Meninas de Rua; REMER; Organização de Direitos Humanos Projeto Legal;
Programa Social Crescer e Viver e Se Essa Rua Fosse Minha.

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação

Rede Rio Criança (2001-2009): A experiência e lições aprendidas no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua no RJ; [organização Márcia Gatto]. 1.ed. - Rio de Janeiro: Terra dos Homens, 2010.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-61181-03-1

1. Articulação de redes - Brasil. 2. Mobilização Social, Defesa e Garantia de Direitos. 3. Ação direta com crianças e adolescentes em situação de rua. 4. Formação, organização e participação de crianças e adolescentes em situação de rua.

1ª EDIÇÃO

Copyright 2009 - Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Anexo II do Ministério da
Justiça, sala 506. Brasília - DF - CEP 70064-900

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS
RIO DE JANEIRO
2010

EXPEDIENTE

Coordenação: Mrcia Gatto
Consultora/Facilitadora: Vanessa Leite
Autores: Anselmo Lima, Atayde Bezerra, Claudia Cabral, Elizabeth Serra Oliveira, Juliana Brunucelli, Mrcia Gatto, Marlia Teixeira Lopes, Mônica Alkmim, Nilmara Pedroso, Regina Leão, Sandra Fonseca e Sidney Teles
Colaboradores: Clayse Moreira, Nancy Nascimento, Pedro Pereira, Sebastião Bernardino, Vanda Orenha, Marcy Gomes, Vera Correia e Wilma Santiago
Revisão: Mrcia Gatto e Vanessa Leite
Edição final e Fotos: Mrcia Gatto
Site: www.rederiocrianca.org.br
E-mail: rederiocrianca@rederiocrianca.org.br
rederiocrianca@gmail.com
Tel/Fax: (21) 2240-0281 / 2240-2318
Endereço: Av. General Justo, 275 – Bloco B – sala 317
Centro – RJ – CEP 20021-130
Rio de Janeiro – Brasil / Junho 2010
Criação e Diagramação: Fabrica Cultural: (21) 9979-9787
www.fabricacultural.com.br

Esta publicação faz parte de um projeto apoiado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Todas as fotos contidas nesta obra foram tiradas em atividades organizadas pela Rede Rio Criança e autorizadas para publicação.

Poetizando a Luta

Jorge Barros

Me sinto feliz
De encontrar
Você papel
Você lápis
Representação máxima
De quanto sou livre
Traço como num quadro
Minhas visões
Do mundo
Meus Amores
Meus desamores (chega)
Sinto estar em mim
Me desejo
Sou meu ídolo, efêmero
Mas já não me lamento
Estou bem com a vida
E com mais força
Pra lutar porque precisa
Pelas lutas democráticas
Pelo direito de ir e vir
Contra a fome
Contra o desemprego
Por uma sociedade socialista livre e soberana
Um Brasil pra brasileiros
Conte comigo.

*Dedicamos essa publicação ao
nosso grande, inesquecível e
saudoso amigo - companheiro
Jorge Barros.*

*Incansável, irreverente, de aparên-
cia frágil, porém um gigante luta-
dor, esse pequeno grande homem
partiu antes da hora combinada,
mas deixou-nos um legado:
resistir e lutar por uma sociedade
mais justa e solidária, mas sem
perder a ternura e o
gozo pela vida jamais !*

Esta publicação “**A experiência e lições aprendidas da Rede Rio Criança**” se propõe a sintetizar a história de uma rede de articulação de 17 organizações não-governamentais no município do Rio de Janeiro em seus oito anos (2001-2009), através do saber e conhecimento produzidos – e agora, partilhados - na atuação para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua.

A Fondation Terre des hommes (Tdh), como organização suíça, às vésperas de completar seu meio século de existência, continua agindo com tenacidade e eficácia em prol dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (rua, drogadição, gangues, violência sexual, exploração econômica e etc) e está presente na realidade e complexidade dos projetos sociais nos quais se engaja para alcançar resultados concretos para melhoria da vida dessas crianças e adolescentes. Nesta perspectiva, Tdh esteve diretamente ligada à história da Rede Rio Criança apoiando sua criação e caminhando lado a lado durante sete dos seus oito anos de existência. Sendo assim, somos parte integrante da história aqui delineada.

Reconhecendo que o trabalho em rede não é apenas a soma de propósitos, e sim uma grande ferramenta na busca de mudanças positivas na vida de crianças, adolescentes e famílias, onde o diferencial está no esforço em superar as individualidades, superar diferenças e somar potencialidades, Tdh se confraterniza com a Rede Rio Criança por ter dividido este caminho e por ser parte integrante desta etapa em que a Rede se encontra atenta, atuante e vigilante às políticas e ações voltadas para a área da infância no Rio de Janeiro.

Com este importante instrumento de partilha, esperamos que se aponte o norte de um novo ciclo virtuoso para a Rede Rio Criança, que sem sombra de dúvidas, se consolida com uma bagagem vasta e rica de lições aprendidas. E é justamente esta bagagem que vemos hoje dissertada com as lições aprendidas da Rede Rio Criança.

Boa leitura!

Anselmo Lima

Representante da Terre des hommes no Brasil

1. PREFÁCIO	10
2. APRESENTAÇÃO	12
3. O QUE É CAPITALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS	15
O processo de capitalização da experiência da Rede Rio Criança	16
4. APRESENTANDO A REDE RIO CRIANÇA	18
5. FATOS SIGNIFICATIVOS DA REDE RIO CRIANÇA	24
EIXO REDE	24
• O processo de constituição da Rede	25
• Verticalidade X Horizontalidade – As relações de poder na Rede Rio Criança	28
• Potencialização das ações articuladas	30
• Espaços de construção coletiva	32
• Construção de relações de respeito e confiança	34
• Legitimidade da Rede Rio Criança na cidade	36
EIXO MOBILIZAÇÃO / ADVOCACY	38
• Rede Rio Criança é um ator importante no controle social	39
• Mobilização social : Rede Rio Criança pauta temática da criança e do adolescente em situação de rua na cidade do RJ	41
• Pesquisas da Rede Rio Criança subsidiam políticas e ações de proteção à criança e ao adolescente	43
• Rede Rio Criança atua no CMDCA - A experiência da Rede na formulação da Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no RJ	46
• Rede Rio Criança se articula em situações emergenciais de violação de direitos e denuncia o recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua	48
EIXO AÇÃO DIRETA	52
• Reconhecimento e integração das metodologias institucionais	53
• Complementaridade das ações articuladas em rede de atendimento	55
• Dificuldades do trabalho em parceria entre Governo e Sociedade Civil	57
• Abordagens de rua coletivas: quando a sinergia da Rede tece a força do trabalho em grupo	59
6. FÓRUM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA (FÓRUM DE MENINOS E MENINAS)	61
7. MANIFESTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DO RJ	74
8. PARTICIPANTES DA OFICINA DE CAPITALIZAÇÃO	75
9. INSTITUIÇÕES QUE INTEGRAM A RRC	76
10. BIBLIOGRAFIA E SIGLAS UTILIZADAS	77

“A experiência e lições aprendidas da Rede Rio Criança” é um documento que dá luz à experiência da Rede Rio Criança (RRC) ao longo desses 08 anos de existência (2001-2009) na cidade do Rio de Janeiro. O desejo de sistematizar e socializar a história da Rede sempre foi para todos nós muito importante, pois resgata a memória e materializa um amplo e rico trabalho coletivo, além de oferecer algumas ferramentas para novas intervenções.

Através da parceria entre a Associação Brasileira Terra dos Homens, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e CONANDA, a Rede Rio Criança consegue apoio à este projeto.

O desafio de sintetizar um período tão longo, utilizando a técnica da “capitalização de experiências”, uma metodologia apresentada à Rede pela Fondation Terre des hommes (Tdh), foi grande, especialmente por se tratar de uma rede, tipo de articulação na qual existe uma pluralidade e diversidade de experiências, o coletivo está sempre em movimento, mas toda convergência é dirigida para objetivos em comum.

Procuramos fazer o resgate desta história de forma objetiva, clara e concisa, mas também deixando transparecer as subjetividades e contradições intrínsecas aos processos que envolvem as relações

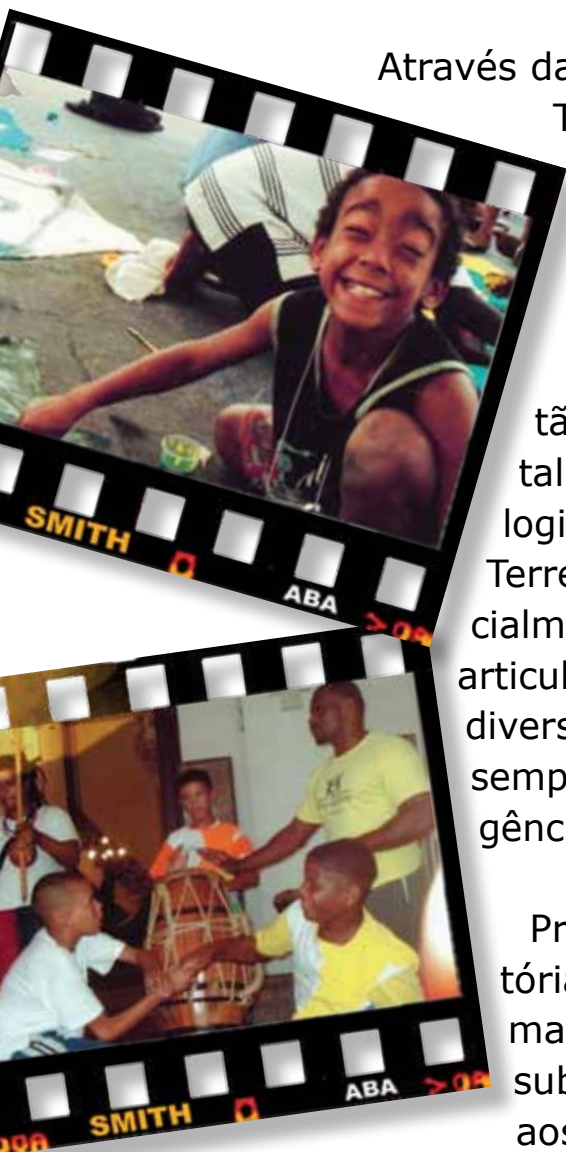
sociais e pessoais. Assim, um grupo de pessoas que faz parte desta articulação se disponibilizou a escrever um pouco dessa história, ressaltando os fatos mais significativos desses anos de trabalho articulado, transformando essa experiência em conhecimentos compartilháveis e lições aprendidas.

Utilizar a técnica da capitalização nos permitiu relatar os fatos com maior flexibilidade e liberdade, o que a diferencia de uma produção acadêmica ou uma avaliação. Ela não se esgota em si mesma, ao contrário, compartilha informações, aprendizagens tiradas nos sucessos, fracassos, conflitos e contradições que envolveram este processo. Por isso é fundamental o envolvimento das pessoas implicadas nesta experiência na sua elaboração. Com isso, pudemos encontrar visões e análises diferentes de uma mesma situação ou fato, dependendo, muitas vezes, do referencial e posição institucional em que se estava.

A construção deste material já foi um aprendizado para todos nós na busca, não de consensos, mas de um conhecimento que foi construído coletivamente. Resgatar a memória deste conhecimento materializado na Rede Rio Criança e difundí-lo é a principal proposta deste documento.

Destaca-se nesse processo o “saber-fazer”, que está na produção de conhecimento adquirido nas práticas cotidianas de nosso trabalho com os meninos e meninas em situação de rua e com toda a rede de articulação e serviços envolvidos. Para nós, o registro da história da Rede Rio Criança é um produto importante desta articulação que hoje, já consolidada, é uma referência na temática das crianças e adolescentes em situação de rua não apenas no Rio de Janeiro, mas também em outros estados do Brasil.

Rede Rio Criança



"Algo só existe quando é descrito."
Virginia Woolf

Instituições que compõem a Rede Rio Criança



A experiência de quem está na ação é uma fonte inesgotável de conhecimento e uma das maiores riquezas de qualquer grupo ou instituição. Mas em geral, não a valorizamos muito. Essa riqueza não se torna disponível se não for transmitida, compartilhada. A capitalização é uma proposta de transformação da experiência em conhecimento para compartilhá-la e colocá-la a serviço da ação e do saber. A partir do registro das aprendizagens construídas no cotidiano, das lições aprendidas, podemos qualificar nossas ações futuras, não repetir os mesmos erros, e subsidiar o trabalho de outros, que poderão se utilizar de nossas experiências.



Esse é o "espírito" fundamental da capitalização. Valorizar o conhecimento daqueles que estão na prática construindo mudanças na sociedade, e compartilhá-lo, para que outros não precisem "começar do zero". Ao contrário do que a primeira vista pode parecer, ela não tem a ver com capitalismo, dinheiro ou captação de recursos (o que traz algumas resistências iniciais à proposta). A capitalização pretende tornar a experiência concreta em capital a serviço de todos, e que esta experiência se transforme em conhecimento útil à ação e enriqueça a teoria e a prática.

Esta metodologia é uma análise do nosso trabalho em função da maneira como o vivenciamos. É o

olhar de uma equipe sobre seu trabalho e o que aprendeu com ele. Um convite a fazer um recuo, olhar de forma crítica seu trabalho ao constatar o que funcionou e o que não funcionou. Capitalizar é transformar as suas experiências em riqueza e não necessariamente transformá-la num modelo. Para nós está claro que

nossas experiências são influenciadas pelo contexto, e ao mesmo tempo o influenciam. Assim, uma experiência que deu certo em determinado local ou momento, pode não ser boa em outros. A capitalização não pode ser vista como uma "receita de bolo".

Ela é o registro da experiência de um grupo, que pode "dar pistas" a outros grupos.

As organizações sociais atuam em diferentes setores e contextos, em geral bastante complexos. Elas se tornam então detentoras de experiências que ultrapassam a soma da experiência de cada um de seus membros. Tradicionalmente, confrontadas a uma rotatividade de profissionais, a memória institucional se perde se não construímos mecanismos apropriados para perenizá-la. A capitalização é um desses mecanismos. Além disso, muito temos feito, mas pouco registramos de nossas experiências. Esses desafios estão colocados para nós.

O processo de capitalização de experiências da Rede Rio Criança

"A história é um profeta com os olhos voltados para traz."

Eduardo Galeano

O ano de 2009 foi um ano singular na história da Rede. Após sete anos, desde sua constituição, contando com um apoio financeiro da Fondation Terre des hommes (Tdh) para seu funcionamento, a Rede encerrava um ciclo (2001-2008) de muitas aprendizagens, e iniciava uma nova fase, de busca de novos parceiros, e com o desafio de forjar novas formas de se organizar e dar vida à Rede. Mas, laços pessoais e institucionais já estavam fortemente construídos, e a Rede já tinha se tornado um ente importante e reconhecido no campo da garantia de direitos de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. Nada melhor que iniciar essa nova fase registrando as experiências construídas e resgatando a força dessa articulação. Assim, a partir do Projeto aprovado e financiado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e CONANDA, a Rede Rio Criança decide capitalizar suas experiências. Ao decidir pela capitalização como instrumento de registro e socialização de suas experiências, e não outro método, como a sistematização, por exemplo, a Rede na verdade faz uma escolha mais política que metodológica. Decidir pela capitalização era apostar não só na valorização do conhecimento construído, mas também na valorização dos sentimentos de cada pessoa que viveu esse processo, e na diversidade da Rede. Todos que quisessem poderiam ajudar a escrever, agora no papel, a história da Rede Rio Criança, independente do lugar ou função que a pessoa ocupa na instituição ou que já ocupou (convidamos também pessoas que já fizeram parte da Rede, mas saíram da ins-

tuição que representavam). Os encontros e desencontros, acordos e desacordos, tudo isso teria espaço nesse processo, com base nas lições aprendidas de cada um desses sujeitos e instituições.

O caminho começou com o convite a todos para uma primeira oficina de capitalização. O tempo era curto para desenvolver todo o processo e precisávamos aproveitar ao máximo a possibilidade de reunir um grupo substantivo de membros da Rede. Assim, nesse primeiro encontro, onde participaram pessoas fundamentais de todas as fases da Rede, trabalhamos muito! Começamos fazendo uma "viagem no túnel do tempo". Para melhor definir o que aquele coletivo achava significativo registrar, era preciso "alimentar a memória". Buscar os sentimentos vividos em diferentes situações e momentos. E levamos toda uma manhã, através de fotografias escolhidas por cada um, dentro do enorme acervo da Rede, lembrando momentos importantes e significativos. Além da forte emoção, constatamos o quanto de história tínhamos construído juntos.

A partir daí foi fácil. Os sentimentos já tinham dito o que era importante. Depois, nivelamos os entendimentos a respeito da ideia de capitalização e debatemos a proposta da facilitadora de desenvolvimento do processo. Pactos feitos, em subgrupos, se definiu por cada eixo estratégico da Rede os fatos significativos que deveriam ser capitalizados. Para determinar os fatos realmente significativos, o grupo foi estimulado a identificar sucessos e fracassos que influenciaram o curso do processo de construção da Rede.

E também se fazer as seguintes questões: Se o caminho tivesse que ser refeito, o que reproduziríamos e o que mudaríamos? O que acrescentaríamos e o que tiraríamos?

Fatos significativos definidos por eixo, chegamos à parte mais difícil. Quem escreveria as fichas de capitalização e quem apoiaria? Cada um dos presentes, apesar do compromisso com o processo de capitalização da Rede, tinha seus próprios compromissos institucionais. Além disso, todos sabemos o desafio que é o registro. Nessa nossa cultura tão oral, escrever, e ainda mais, tentando traduzir a fala de um grupo, é sempre um desafio. Reafirmamos então a ideia de que a capitalização pretende produzir documentos pequenos, concisos e de escrita simples. Exatamente para possibilitar que todos os envolvidos na ação fiquem à vontade para escrever e que o material produzido seja um convite à leitura: acessível a diferentes públicos, e não muito longo.

Durante os meses seguintes o desafio foi estimular o grupo a escrever e trocar seus "escritos" com outros que poderiam dar contribuições. Nesse processo, Márcia Gatto, articuladora da Rede e coordenadora do processo de capitalização, teve um papel fundamental: trocava ideias com as pessoas que tinham dúvidas, apoiava outros a escrever, insistia com aqueles que desanimavam. Fizemos ainda dois encontros intermediários. No primeiro, com alguns textos já escritos, trocamos ideias na perspectiva de torná-los mais claros e mais abrangentes em relação às experiências relatadas.

No segundo encontro, além de "aparar arestas" do processo, debatemos sobre o maior desafio de capitalizar a experiência de uma rede: como, a partir de textos individuais, que às vezes são muito autorais, no sentido de expressar os sentimen-

tos daquele sujeito em relação ao processo, poderíamos chegar a textos que representassem uma "fala coletiva". E ainda tivéssemos uma certa unidade no conjunto do material. Nesse ponto, a legitimidade da história e a confiança construída, falaram mais alto. O coletivo da Rede confiou às facilitadoras, pessoas que acompanharam o trajeto da Rede ao longo desses anos, a tarefa de "mexer" nos textos e dar a eles o tom coletivo e consensual que se esperava do produto dessa capitalização.

Assim o fizemos. "Traduzimos" o que cada um escreveu na busca por maior clareza e assertividade, bem como tentamos dar ao material fidelidade à história construída. Buscamos abordar, mesmo os temas mais difíceis, com honestidade e respeito a todos os envolvidos. Todas as fichas de capitalização produzidas foram lidas e aprovadas em uma assembléia da Rede, e todo o material produzido foi enviado a todos da Rede para aprovação e sugestões. Portanto chegamos a um documento que acreditamos, "tem a cara da Rede Rio Criança", e mostra a rica experiência construída por esse coletivo. Esperamos que ele possa apoiar a construção de novas experiências.

Vanessa Leite

Assessora da Rede Rio Criança no processo de Capitalização de Experiências



APRESENTANDO A REDE RIO CRIANÇA



A Rede Rio Criança é uma articulação de referência no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, atualmente composta por 17 Instituições. São elas: Associação Beneficente Amar, Associação Beneficente São Martinho, Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH), Associação Childholpe Brasil, Associação Excola, Banco da Providência, Casa do Menor São Miguel Arcanjo, CEDECA - RJ, Centro de Teatro do Oprimido - CTO, Criança Rio, Fondation Terre des hommes, Fundação Bento Rubião, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, Programa Social Crescer e Viver, REMER e Se Essa Rua Fosse Minha. As Organizações da Rede Rio Criança atuam de forma integrada e complementar, com o objetivo de alcançar uma maior sinergia entre elas para a otimização do atendimento junto a esse público. Visando a efetivação das diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e a implementação de políticas pú-

blicas que respondam concretamente às reais necessidades, desejos e potencialidades das crianças e adolescentes, os parceiros da Rede Rio Criança vêm acumulando e contribuindo com suas experiências em diversos fóruns da área da infância e juventude, referendando a Rede como um grande elemento de força política nos espaços e fóruns de organização da sociedade, especialmente diante do complexo e difícil contexto político do Município do Rio de Janeiro. A Rede Rio Criança tem tido papel fundamental na construção de uma nova concepção de atuação e de compreensão sobre as crianças e adolescentes em situação de rua.

No desenvolvimento de suas ações, a Rede engloba: abordagem de rua, atividades socioeducativas, culturais, esportivas, de lazer e formação junto a crianças e adolescentes, apoio psicossocial às famílias, atendimento a jovens mães, formação de educadores, mobilização, defesa e garantia de direitos (*advocacy*), responsabilidade e controle social.

Missão

Contribuir no debate e na formulação de políticas públicas, a partir de uma ação articulada e complementar para construir uma nova realidade junto às crianças e adolescentes em situação de rua, fortalecendo o seu protagonismo, articulando a rede de garantia de direitos e promovendo uma mudança de olhar por parte da sociedade e do Poder Público, tendo por base os direitos, necessidades, potencialidades e sonhos inerentes a toda e qualquer criança/adolescente. Esta é a missão da Rede Rio Criança.

Estrutura

A Rede manteve a seguinte estrutura:

Assembléia Geral - É o Fórum político - deliberativo da Rede. Participam representantes de todas as Instituições que a integram, com direito a voz e voto. As reuniões acontecem de forma ordinária, mensalmente, e extraordinária sempre que necessário.

Colegiado Temático - É um espaço político, porém não deliberativo. As Instituições se reúnem, quando convocadas, de acordo com a demanda e tema de discussão. As Organizações participam das reuniões de acordo com sua experiência e expertise dentro da temática a ser debatida e encaminhada.

Fórum de Ações Articuladas - Fórum de discussão, planejamento e organização das ações integradas e complementares, bem como de eventos e do Fórum de Crianças e Adolescentes em situação de rua (Fórum de Meninos/as). Em 2009, com a neces-

sidade de articularmos e enfocarmos de forma mais sistemática a "situação de rua", as Instituições que atuam diretamente com as crianças e adolescentes nas ruas constituem, a partir do Fórum de Ações Articuladas, o *GT de Articulação da Abordagem de Rua*, que reúne-se de forma quinzenal ou sempre que convocado.

Comissões / Grupos de Trabalho (GT) - São pontuais e atendem às necessidades específicas de planejamento, organização e monitoramento de uma ação ou projeto coletivo.

Equipe de Apoio - É formada por profissionais técnicos que operacionalizam as ações da Rede, colaborando com o seu fortalecimento e "liga" interna. Composta inicialmente por 06 pessoas, a equipe foi se reduzindo e chegou a ter apenas 01 profissional em 2008 - a Secretária Executiva / Articuladora. Em 2009, com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) / CONANDA, é composta por 03 profissionais: Coordenadora / Articuladora, Assessora Pedagógica e Auxiliar Administrativo.

Histórico

A Rede Rio Criança nasce em meados de 2001, a partir de uma iniciativa da



Fondation Terre des hommes (Tdh) de articulação das instituições de referência no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Com a perspectiva de desenvolver um trabalho integrado e complementar para a otimização do atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua, foi constituída inicialmente por 13 Instituições, das quais 02 Governamentais, 10 Organizações Não Governamentais e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA Rio). Passados 08 anos, muita coisa aconteceu e a Rede Rio Criança, em vários momentos, fez ricas reflexões sobre o atendimento e a melhor forma de compor esta articulação.

As Instituições que integram a Rede Rio Criança têm claro que o desenvolvimento de um trabalho em rede, através do estabelecimento de parcerias e da prática de ações complementares, possibilitou ampliar a margem de resultados no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua e fortaleceu a participação de suas Instituições nos Conselhos de Direitos (CMDCA e CEDCA), nos Fóruns DCA (Fórum Rio e Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), Grupos de Trabalho, dentre outros. A abordagem em rede também ampliou a integração, a mobilização, a troca de informações e de experiência entre seus membros, possibilitando dar maior visibilidade à questão das crianças e adolescentes em situação de rua. A luta pela



Mobilização em Copacabana

formulação e implementação de políticas públicas eficazes junto a este público tem sido uma das prioridades para as instituições que compõem esta articulação.

O início dos trabalhos da Rede significou uma importante revitalização da chamada abordagem de rua na cidade do Rio de Janeiro. A partir do trabalho processual, a Rede Rio Criança visa promover a convivência familiar e comunitária, o acesso a serviços de saúde, educação, cultura, lazer, defesa e garantia de direitos.

Saber o que esses meninos e meninas teriam a dizer foi uma das principais necessidades apontadas pelos membros da Rede Rio Criança. Para tanto, foi realizada, entre setembro de 2001 e janeiro de 2002, uma pesquisa qualitativa objetivando identificar as demandas, necessidades e visões das crianças e adolescentes em situação de rua. Educadores de todas as Instituições da Rede participaram da pesquisa, desenvolvida em diversas áreas da cidade do Rio. Esta pesquisa deu origem a duas publicações: os livros "Vida nas ruas" e "A rua no ar", sendo o último direcionado ao público juvenil.

A Rede vem propondo um diálogo permanente entre os diversos atores da Sociedade Civil e do Poder Público tendo como base o olhar e o saber construído a partir da perspectiva da criança e do adolescente. Norteados por esta concepção, os membros da Rede têm buscado desenvolver ações conjuntas e complementares que apresentem respostas concretas às necessidades, desejos e potencialidades dos meninos/as, visando que estes tenham voz ativa na construção de programas e políticas públicas que digam respeito ao seu futuro, para que atendam as suas reais demandas.

O envolvimento mais ativo das crianças e adolescentes no desenvolvimento da proposta é uma premissa para o conjunto das instituições que integram a Rede. Nessa perspectiva, foi articulado o primeiro Fórum de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua do Município do Rio de Janeiro, a partir de um grande encontro que contou com crianças e adolescentes atendidas pelas instituições da Rede, realizado em abril de 2003, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Desde então a RRC vem organizando o Fórum de Meninos e Meninas.

Princípios de Intervenção da Rede

A Rede Rio Criança tem a concepção de que as crianças e adolescentes em situação de rua não representam uma categoria ou um segmento da população, pois essa situação não é algo cristalizado em suas vidas, mas sim estão inseridas dentro de um contexto mais amplo de violação de direitos, que faz da situação de rua um dos quadros mais representativos da desigualdade e injustiça social.

A situação de rua se apresenta de forma complexa e heterogênea, sugerindo formas distintas e circunstanciais de crianças nas ruas: trabalhadores, pedintes, perambulantes, moradores, "refugiados", "turistas", com menor ou maior grau de contato com comunidades e familiares. Nesta perspectiva, a Rede Rio Criança adota enquanto referência conceitual para "situação de rua" como uma complexa relação dinâmica que envolve **"casa - rua - abrigo - rua - projetos sociais / instituições - rua - família/comunidade - rua"**, em que a rua, em diferentes graus, ocupa um lugar de referência predominante e



Passeata contra a redução da maioridade penal

um papel central em suas vidas.

A metodologia adotada pela Rede Rio Criança é participativa e processual, envolvendo os representantes das organizações que a compõe – coordenadores e educadores sociais, jovens multiplicadores e os meninos e meninas em situação de rua no processo de articulação, planejamento e organização das ações a serem implementadas.

A intervenção foi estruturada a partir de três Eixos: Rede, Ação Direta e Mobilização / Advocacy. O projeto é realizado tendo como base a estrutura de funcionamento do trabalho articulado entre as organizações que integram a Rede. Uma proposta político-pedagógica que respeita as diferenças e os princípios organizacionais de cada membro.





Caminhada em Defesa da Vida, 2006

As 17 Organizações que atualmente integram a Rede, oito delas com ação direta com os meninos e meninas na rua, vêm desenvolvendo, nos últimos anos, um processo de aproximação metodológica e de planejamento conjunto das ações de intervenção. Este processo de debates, articulação e planejamento participativo tem incluído parcerias entre as instituições, ações conjuntas e complementares no atendimento às crianças e adolescentes, bem como em ações de mobilização social.

O trabalho dito de abordagem de rua é feito por educadores sociais, e consiste numa aproximação com as crianças e adolescentes de modo processual, objetivando o estabelecimento de uma relação de confiança e a construção de vínculos, permitindo a identificação das necessidades e potencialidades desses meninos e meninas. É feito o acompanhamento dos casos, o desenvolvimento de atividades socio-pedagógicas-culturais e os encaminhamentos necessários à rede de serviços e retaguardas existentes sempre que possível.

do Estatuto da Criança e do Adolescente”, “Situação de Rua e a Convivência Familiar e Comunitária”; “Situação de rua e Uso e Abuso de Drogas”, “Direitos Humanos e os desafios da implementação da Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em situação de rua”, dentre outros.

Junto a este trabalho, a Rede Rio Criança tem desenvolvido ações que objetivam a formação e o fortalecimento da capacidade de participação social dos adolescentes e jovens, por meio de encontros com discussões temáticas e participação em eventos. O Fórum de Crianças e Adolescentes em situação de rua (Fórum de Meninos/as) tem se desdobrado em outras articulações, como o Grupo de Jovens Lideranças, e tem contado com a participação de jovens multiplicadores no trabalho realizado por várias das organizações da Rede.

Em consonância, a Rede considera fundamental o fortalecimento dos espaços políticos de organização da área da infância e juventude, como os Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e

A formação continuada de educadores, e de diferentes atores da sociedade civil teve espaço destacado para a Rede, com a organização e realização coletiva de Seminários e Colóquios sobre temáticas relevantes na área da infância e juventude, como: “SINASE - Sistema Nacional de Atendimento SocioEducativo”; “Municipalização das Medidas Socioeducativas”; “Orçamento Criança”; “Violência Interpessoal”; “18 Anos

do Adolescente (CMDCA e CEDCA) e Fóruns DCA (Estadual e Municipal). Para tal, articula e mobiliza a participação das instituições para uma maior incidência política (*advocacy*) na luta em defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes, contribuindo com a qualificação das ações institucionais, bem como na formulação, implementação e controle social de políticas públicas para crianças, adolescentes e suas famílias.

A mobilização da sociedade com vistas a uma mudança de olhar em relação aos meninos e meninas em situação de rua também mereceu destaque nas ações da Rede. Foram realizados uma série de eventos e atos públicos, elaboração de manifestos e carta aberta à população, abordagens coletivas. Inúmeras tentativas de estreitamento das relações e sensibilização da mídia para a adoção de uma postura não criminalizadora dos meninos/as em situação de rua pelos veículos de comunicação foram feitas, no entanto, este ainda é um grande desafio. A produção de mecanismos alternativos de comunicação, como o Site da RRC, o Jornal “No Olho da Rua” e uma ampla mala direta pela internet foram instrumentos positivos de interlocução com diferentes públicos e de divulgação de nosso trabalho. A elaboração de pesquisas qualitativas, como as que mapearam Instituições que atuam com este público no Município do RJ e Baixada Fluminense, além de serem um tipo de dispositivo para di-



Apresentação do grupo “Quem quer Pimenta”, do Se Essa Rua Fosse Minha, em Copacabana

vulgação de nosso trabalho, ofereceram informações e subsídios importantíssimos para a ação.

A valorização e facilitação na promoção de ações interinstitucionais têm na complementaridade um princípio metodológico fundamental na concepção da Rede Rio Criança. Exercitando este método de forma qualitativa e cotidiana, mesmo com suas dificuldades iniciais de aproximação e interação entre as Instituições, mas com toda a riqueza existente no processo de compartilhar, trocar, estabelecer parcerias e, quando possível, também incorporar as diferentes formas de intervenção, chegamos em 2009 com um Grupo coeso e consolidado da ação direta, que se reúne de forma sistemática, discute o contexto, planeja e organiza ações complementares – o GT de Articulação da Abordagem de Rua.



Fatos significativos da Rede Rio Criança

ETIXO REDE



O processo de constituição da Rede Rio Criança

Claudia Cabral e Anselmo Lima

"... Como castelos nascem dos sonhos, pra no real achar seu lugar."

Oswaldo Montenegro

A Rede Rio Criança foi articulada com o objetivo de fortalecer as ações e a interação de instituições não-governamentais e governamentais no município do Rio de Janeiro, a partir de uma experiência bem sucedida da Fondation Terre des hommes (Tdh) na dinamização de redes interinstitucionais relacionadas ao tema da criança e do adolescente em situação de rua. A escolha do município do Rio de Janeiro se deu em função da grande presença de crianças e adolescentes nas ruas da cidade e da relação já histórica de Tdh com o Rio, onde mantinha projetos na área social por meio de parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH).

Instalar um processo de trabalho em rede significava fomentar o interesse e o compromisso das instituições locais. O primeiro passo foi identificar aquelas que, com experiência acumulada no tema, poderiam se comprometer com o trabalho, desafio este, facilmente superado.

A temática da criança e do adolescente em situação de rua ganha destaque no país na década de 1980, com a criação do

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que aglutinou educadores sociais de várias ONGs do Brasil que já atuavam com esses meninos/as. No Rio de Janeiro, um conjunto de organizações se fortalece nesse período, desenvolvendo ações junto a esse público. Após a Chacina da Candelária, em julho de 1993, que causou um grande impacto na ação direta das instituições na rua, a sociedade civil carioca se volta mais a ações de mobilização, e faz pressão para que o governo assumisse seu papel enquanto gestor de políticas e ações junto às crianças e adolescentes em situação de rua, assumindo assim algumas ações outrora desenvolvidas por ONGs.

Em meados de 2001, quando se inicia a articulação da Rede Rio Criança, identificava-se certo refluxo das ações das ONGs que atuavam com esse público, em função, principalmente, da dificuldade de captação de

recursos. A abordagem de rua, base do trabalho pedagógico das ONGs, mesmo nunca tendo deixado de existir, encontrava-se fragilizada.



Quando surge a perspectiva de se instituir uma Rede, estas organizações identificam uma oportunidade estratégica de revitalizar e fortalecer todo um trabalho direto e específico com crianças e adolescentes em situação de rua, com a possibilidade de articulação, num mesmo espaço e sob um mesmo tema, da sociedade civil e governos do Estado e Município. Era um grande desafio, em função das dificuldades de interlocução e de entendimento, especialmente entre OGs e ONGs, visto as históricas divergências nas perspectivas de atuação.

A proposta da Rede era a de desenvolver um trabalho integrado e complementar, e fizeram parte deste processo inicial de constituição, 13 Organizações - 10 ONGs, 01 OG do Estado (FIA), 01 OG do Município (SMAS) e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA Rio). Nos primeiros encontros da Rede percebia-se uma intimidade entre os integrantes, companheiros de luta de muitos anos, desta vez desenhando um planejamento estratégico comum, pactuando os resultados esperados dessa ação coletiva.

Assim, desconfianças e certa competição existente entre as Instituições, fossem elas OGs ou ONGs, aos poucos foram sendo quebradas.

A primeira proposta foi promover uma análise da situação por meio de uma Pesquisa-Ação, aproximando a universidade do grupo recém formado. Esta foi a primeira ação realizada em conjunto. As equipes de campo das diversas organizações se uniram no desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, da qual participaram educadores de todas as organizações da Rede Rio Criança. A pesquisa reconstituiu o percurso de vida, as necessidades e sonhos de várias crianças e adolescentes em situação de rua, em diversas regiões da cidade, sob a ótica de suas vivências pessoais. E culminou numa publicação que teve lançamento e distribuição em eventos que mobilizaram atores estratégicos e a sociedade em geral para o tema. A pesquisa foi uma primeira ação de mobilização conjunta fazendo renascer o tema na cidade e mostrando a importância do trabalho articulado em grupo.



Jorge Barros (Childhope) e Anselmo Lima (TdH), na Assinatura do Protocolo de intenções da RRC, em Fevereiro de 2002

Os primeiros anos de trabalho da Rede foram marcados por debates e trocas intensas na busca da construção de uma identidade e gestão comum. Para o avanço dos trabalhos foi necessário de fato estar disposto a construir parcerias, sempre no interesse superior da criança. Surgiram vários questionamentos sobre a gestão do processo e a importância do reconhecimento e da valorização de todas as metodologias já construídas pelas organizações, no entendimento de que ninguém detém um “único

saber” e de que é exatamente a soma destes que ratifica a força da Rede – “nossas diferenças são nossa maior riqueza.”

O processo democrático, muitas vezes longo e desgastante, mas sempre legítimo, instituiu uma gestão participativa na Rede, tendo à frente a Assembléia Geral, espaço político-deliberativo, uma Coordenação Colegiada, formada a cada seis meses por 05 organizações integrantes, uma Secretaria Executiva e Equipe de apoio, selecionados por essa Coordenação.



Lições Aprendidas:

NA CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE É IMPORTANTE:

- A definição de um foco específico, pois facilita a obtenção de resultados positivos, no caso da Rede Rio Criança, crianças e adolescentes em situação de rua.
- A articulação e a escuta de todos os envolvidos no processo de formação da Rede.
- A escuta do público-alvo, o que torna mais claro as estratégias de intervenção – a Rede Rio Criança optou por desenvolver uma pesquisa-ação.
- A construção coletiva de um Plano Estratégico que determine os eixos de intervenção da Rede.
- A valorização e respeito às diferentes metodologias dos integrantes da Rede.

O trabalho articulado em Rede tem resultados mais significativos do que ações isoladas e competitivas entre instituições.

Verticalidade x Horizontalidade – As relações de poder na Rede Rio Criança

Marília Teixeira Lopes, Márcia Gatto e Vanessa Leite

"Num estado de campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem."

Pierre Bourdieu

Relações de poder estão presentes em todas as relações e espaços, sejam eles políticos, institucionais, religiosos, ou mesmo familiares. Essas relações de poder internalizadas culturalmente e institucionalmente tendem a se reproduzir mesmo quando nos propomos à construção de um espaço diferente como uma rede, que tem como característica o estabelecimento de relações e ações baseadas na horizontalidade, flexibilidade, calcadas na disponibilidade interna dos sujeitos envolvidos (indivíduos e instituições). Assim, a busca pela horizontalidade precisa ser um exercício diário, caso contrário, caímos na armadilha de discursos e ações que contradizem o princípio que motivou a criação da Rede. Porém devemos ter em conta que "as contradições existem no processo de desenvolvimento de todos os fenômenos, e penetram no processo de desenvolvimento de cada fenômeno, do começo ao fim¹."

Para relatar a experiência da Rede Rio Criança na busca pela horizontalidade é importante resgatar a história de sua constituição e estruturação. Diferente de muitas outras redes, a Rede Rio Criança nasce com apoio financeiro de uma Instituição, e possuía uma equipe de profissionais contratada por esse parceiro financiador, que também era membro da Rede.

Esta posição, inédita e controversa para a maioria, em determinados momentos dava um lugar privilegiado a esse parceiro e a essa equipe que, no lugar de apoiar a Rede, em alguns momentos acabava por determinar os processos. Essa forma de organização, no início da Rede, reproduzia uma estrutura institucional que em muitos momentos era verticalizada.

Outro aspecto importante nessa reflexão se refere à forma como se constituíam os Fóruns da Rede. As instâncias de poder (Assembléia e Coordenação Colegiada) eram majoritariamente ocupadas pelas coordenações institucionais, com rara participação dos educadores. Já o GT Ação Direta, espaço de construção de ações articuladas, acabou se configurando como um espaço dos educadores, reforçando assim certa divisão existente em espaços institucionais na estrutura de poder da Rede – "coordenações pensam e decidem, enquanto educadores executam".

A questão enfrentada pelo Colegiado da Rede Rio Criança se referiu à centralização de poder e de informação. Equivocadamente, em algumas ocasiões, trocou papéis e assumiu o lugar da Assembléia da Rede, adotando caráter deliberativo. Reproduzindo uma estrutura hierárquica e verticalizada, dificultou, em vários momentos, a socialização do processo, se configurando assim como mais

um entrave enfrentado no caminho da "horizontalização" das relações na Rede.

A Assembléia era o espaço no qual aconteciam os maiores conflitos de idéias, onde as instituições que eram financiadas/potencializadas pela Rede, através do pagamento de educadores, eram as mais assíduas e as que tinham maior liderança no coletivo. Em determinados períodos de replanejamento orçamentário, muitas discussões e disputas eram travadas. Em função de algumas instituições receberem um financiamento, mesmo que pequeno, da Rede, em uma conjuntura onde os recursos das instituições eram escassos, é compreensível que os interesses e necessidades institucionais também se fizessem presentes, em uma arena onde o que deveria determinar o curso dos debates eram os interesses coletivos.

No período de 2001 a 2005, a Secretaria Executiva da Rede foi assumida por 04 profissionais diferentes, praticamente uma pessoa por ano. A busca por um perfil ideal, muitas vezes além das possibilidades do real, trouxe equívocos e dificuldades na condução desse processo. O Secretário Executivo era um elemento fundamental na articulação política da Rede, sendo que uns fortaleceram a verticalidade, enquanto outros contribuíram com o processo de horizontalidade na Rede. Contudo, nos momentos de maior desgaste e

esgarçamento das relações, o papel do articulador político (Secretaria Executiva) foi muito importante, fazendo a liga entre os membros da Rede, fortalecendo a participação de instituições e de pessoas. Hoje vemos que, em determinados momentos, a Rede depositou nessa figura a responsabilidade por seus erros e acertos. A Secretaria Executiva personificava os desafios enfrentados por aquele coletivo de construir uma unidade de princípios e ação, em um grupo com tanta diversidade.

Foi necessário muito investimento de todos para que se desconstruísse a reprodução de uma estrutura contrária aos princípios idealizadores de uma rede. Os passos foram dados, fruto de um processo de amadurecimento de cada um e de todos enquanto grupo. A Rede pôde ficar com o melhor do encontro: aprendizagem coletiva; diversidade de experiências pedagógicas; construção coletiva de metodologias em rede; respeito às diferenças; e o exercício de um novo olhar e uma nova escuta.

O processo de horizontalidade dentro de uma rede é desafiador. Todos que passaram pela Rede Rio Criança e os que permanecem tiveram um grande aprendizado, parecido com o "bom combate", aquele que numa batalha não existem vencidos nem vencedores, mas participantes de um projeto coletivo.

Lições Aprendidas:

- Não existe "fórmula" para a articulação de uma rede. Ela pode ter diferentes estruturas e modos de funcionamento. O importante é que todos os envolvidos em um projeto comum participem das definições do processo. Assim, juntos vão achar a melhor forma daquele coletivo se organizar.
- Os embates na conformação de um trabalho coletivo são comuns. O importante é que se busquem consensos, ou que se execute a opinião da maioria. E que se construa o entendimento que não há "mocinhos nem bandidos". Todos são responsáveis pelos erros e acertos do grupo.
- É necessário um esforço cotidiano de todos os envolvidos na construção de uma rede para que ela não tenha "donos", e seja o espaço de expressão de todos a partir de relações horizontais.

1 - Tse-Tung, Mao – Sobre a prática e sobre a contradição.

Potencialização das ações articuladas

Márcia Gatto

"O hoje nasce do jamais."

Brecht



Ciranda em Defesa da Vida, 2006

Na época de constituição da Rede Rio Criança verificava-se certo refluxo na ação das ONGs que historicamente atuavam junto a crianças e adolescentes em situação de rua na cidade, especialmente na abordagem de rua. Essa fragilização se dava fundamentalmente pela diminuição dos investimentos internacionais ao trabalho com esse público, o que fez com que muitas organizações voltassem suas ações também para o trabalho comunitário em paralelo à ação nas ruas. Em contrapartida, os Governos do Estado e do Município, com todo o movimento de pressão pela implementação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), mantinham equipes que faziam o trabalho de abordagem de rua e haviam ampliado um pouco sua rede de serviços. Contudo, as ações governamentais não contemplavam as expectativas da sociedade civil, seja na metodologia aplicada, bem como não causando o impacto necessário no atendimento aos meninos/as.

A Rede Rio Criança surge nesse contexto. A proposta da Fundação Terre des hommes (Tdh) foi bem acolhida, especialmente por possibilitar uma revitalização no trabalho da ação direta / abordagem de rua. Inicialmente, 07 Instituições da Rede desenvolviam ação direta junto aos meninos e meninas nas ruas, sendo destas 05 não-governamentais e 02 governamentais. A chamada potencialização das ações articuladas, no caso da ação direta, deu-se com a revitalização da abordagem de rua através do financiamento de 09 Educado-

res Sociais das 05 ONGs, e de outros 02 profissionais para o trabalho de reintegração familiar e comunitária.

Os desdobramentos e resultados dessas ações (diretas) foram significativos, mas não causaram no atendimento às crianças e adolescentes o impacto quantitativo previsto. Deu-se um fortalecimento nos atendimentos nas 03 áreas de atuação da Rede (Centro, Zona Sul e Grande Tijuca), e uma maior articulação entre a abordagem e reintegração familiar e comunitária. A troca de experiências foi muito rica, possibilitando um maior conhecimento das metodologias aplicadas pelas diferentes organizações, o que facilitou o planejamento e o desenvolvimento de um trabalho complementar mais coeso. O financiamento de profissionais de um pequeno número de instituições no interior da Rede possibilitou resultados positivos no atendimento, mas, em contrapartida, gerou certa regulação do trabalho e competição entre as chamadas "instituições potencializadas", bem como certo melindre em algumas outras organizações que não foram beneficiadas com recursos financeiros.

Mas a potencialização das ações articuladas não se restringiu à ação direta. O projeto da Rede Rio Criança também contemplou o planejamento e a organização coletiva de vários eventos de formação de profissionais da área da infância e juventude, bem como de mobilização social. Os processos de formação desenvolvidos foram fundamentais, pois possibilitaram aos profissionais

e instituições: a construção de novos instrumentais para enfrentar os desafios que o trabalho cotidiano apresentava; a disseminação das metodologias das instituições, ampliando as alternativas de ação; e ainda uma aproximação com setores da universidade, que se tornaram parceiros da Rede. Em relação às ações de mobilização social, a Rede promoveu seminários, colóquios, atos públicos, comemorações em espaços públicos, fóruns de meninos/as, entre outras ações.

A preocupação em desenvolver um eficiente trabalho de articulação interna e externa, através da figura de um articulador político, que fazia a liga entre as Instituições filiadas e representava a Rede nos diferentes eventos e espaços de organização da sociedade civil, bem como o desenvolvimento de atividades de divulgação de sua proposta e imagem, deu uma grande visibilidade à Rede. Vários foram os meios utilizados para isso: criação do site da Rede, do Jornal "No Olho da Rua", ampla mala direta, comunicações via internet, estreitamento de relação com alguns setores da mídia e ampla articulação externa. Esse conjunto de aspectos foi muito importante para o fortalecimento da Rede Rio Criança, e é importante ressaltar que esse somatório de ações foi desenvolvido com recursos próprios da Rede.



Bruno Costa e Vinícius Antero, da Equipe de Apoio da Rede

Um outro diferencial da Rede Rio Criança é o fato da mesma ter contado desde sua constituição com uma equipe de profissionais, que assessorava a Rede nas áreas de articulação, pedagógica, de comunicação e administrativa, oferecendo suporte operacional para o desenvolvimento do conjunto de ações apontadas. O papel da chamada "equipe de apoio" da Rede foi muito importante para que esta seja uma das experiências mais exitosas de formação de redes na área da infância e juventude neste município.

Lições aprendidas:

- Potencializar ações articuladas amplia a sinergia entre as Instituições e motiva seus membros com a possibilidade de promover uma intervenção integrada que alcança maiores resultados e impactos.
- Financiar apenas algumas instituições dentro de uma rede pode gerar competição e fragilizar a cooperação. Assim, o financiamento numa rede deve ser das ações que envolvam o coletivo e não apenas um pequeno grupo de instituições.
- A experiência da Rede Rio Criança em ter uma equipe de apoio foi bastante exitosa, pois proporcionou maior agilidade na comunicação e contribuiu com a capacidade de articulação e mobilização das instituições envolvidas.
- Um grupo que investe na sua qualificação através de espaços formativos e se organiza bem operacionalmente tem maiores e melhores condições de articulação e mobilização.



Espaços de construção coletiva

Elizabeth Serra Oliveira

"A espada entre flores, rochedo nas águas, assim firmes, duras, entre as coisas fluídas, fiquem as palavras, as vossas palavras."

Cecília Meireles



Grupo de trabalho na Oficina de Planejamento Estratégico

A palavra, esse instrumento poderoso só descoberto o seu poder através dos diálogos e das lutas coletivas. A palavra, falada, sentida, manifestada, nos espaços de troca permanentes sempre foi o princípio da nossa vida na Rede Rio Criança. Para garantir o lugar dos dissensos, dos consensos e das mais variadas formas de manifestação, optamos por uma estrutura de vida em rede que nos permitisse exercer formas horizontais de vivências coletivas.

Nosso espaço soberano são as Assembleias ordinárias e extraordinárias, abertas aos representantes de todas as instituições que compõe a Rede Rio Criança. É fundamentalmente um espaço político de discussão e deliberação. Palco de muitas disputas e correlação de forças, as Assembleias da Rede vivenciaram situações riquíssimas e de um aprendizado enorme para todas as pessoas que por lá passaram. Tecemos um muitas vezes tempestuoso, porém frutífero caminho rumo à horizontalidade.

O Colegiado foi implementado com o objetivo de exercer a função de uma coordenação colegiada, composto por 05 instituições

da Rede. É um espaço político-executivo, porém não deliberativo. O Colegiado foi a estrutura de poder na Rede que mais sofreu modificações em sua concepção e que, em muitas vezes, equivocadamente, tomou para si poderes de Assembléia, assumindo um papel que não era seu. A centralização de poder era grande, quando verificávamos uma tendência muito forte à verticalização na condução e construção política da Rede Rio Criança. O Colegiado foi modificando a sua estrutura e concepção no decorrer das fases vividas da Rede. Hoje é tido por um "Colegiado de referência", onde, de acordo com as temáticas, são convocadas 03 a 05 instituições que possam contribuir na resolução das demandas colocadas.

O Fórum de Ações Articuladas foi criado a partir do Grupo de Trabalho - GT Ação Direta, e é um fórum da Rede que tem por objetivo trazer ao debate e à construção a questão das ações articuladas e complementares no interior da Rede, bem como ser também um espaço de planejamento e organização dos eventos coletivos (seminários, fóruns etc). Implementado há mais



Reunião do Fórum de Ações Articuladas para organização do Fórum de Meninos /as

de 04 anos, deveria ser um fórum no qual participariam todas as Instituições da RRC, no entanto, isto ainda é um desafio.

A Rede Rio Criança, durante este período de oito anos, passou por 03 Oficinas de Planejamento Estratégico. Foram momentos muito importantes e ricos para o conjunto das Instituições que integram a Rede, nos quais foram traçadas as dire-

trizes de ação, metas e resultados para o trabalho integrado e complementar desta articulação. Também, a cada final de fase de três anos, foram feitas auto-avaliações, que possibilitaram rever o caminho percorrido e apontar prioridades para o futuro.

Em 2009 criamos o GT de Articulação da Abordagem de Rua, um espaço de análise do contexto da rua e construção de ações comple-

mentares.

Encontros de planejamento, auto-avaliações, grupos de trabalho, fóruns, são espaços coletivos garantidos para construirmos nossa capacidade organizacional, e podermos assim, melhor contribuir na promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua.



Auto-avaliação da Rede

Lições Aprendidas:

- Na construção de uma Rede, a busca por horizontalidade nas relações é um grande desafio, porém é primordial para a efetivação de um espaço coletivo.
- A vida de uma Rede e suas lutas só são possíveis de existir tendo espaços de construção coletiva no seu cotidiano. São esses lugares soberanos onde, a partir deles e só neles, nos construímos e desconstruímos cotidianamente.

Construção de relações de respeito e confiança entre pessoas e instituições

Regina Leão

"Ninguém transforma ninguém, ninguém se transforma sozinho, nós nos transformamos no encontro"

Paulo Freire



Fortalecimento das relações pessoais e institucionais na Oficina "Cuidar de quem cuida"

Saber quem você é, e que não está só, pois pode contar com uma Rede de pessoas e Instituições na caminhada, faz toda a diferença. A Rede por si só já simboliza "tecer relações," construção de confiança, respeito, tolerância e busca. É como um grande mar que ao jogarmos a "rede" sabemos com quem jogamos, mas não sabemos o que iremos "pescar". Por isso a confiança do "fiar com", poder saborear as descobertas das relações e inter-relações que tecemos nesses anos de Rede, foi e estão sendo fundamentais na nossa história de vida e das crianças que vivem em situação de rua. Fizeram e fazem a diferença na construção de novos olhares e escuta profissional.

Ao iniciarmos o processo de construção da "tecelagem da Rede" sabíamos que era fundamental esse movimento, dado o contexto de crescentes desafios e dificuldades que estávamos enfrentando institucionalmente na violação dos direitos das crian-

ças e adolescentes. A Rede Rio Criança teve como eixo norteador de sua ação a promoção e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua, vendo-os como sujeitos de direitos. O acúmulo de experiências já vivenciadas pelo conjunto das instituições que compõe a Rede, e que já atuavam de forma isolada ou articulada em menor escala, foi fundamental para os avanços das ações e resultados, através da troca metodológica e dos diferentes olhares dos diversos atores envolvidos. Fomos refletindo, planejando e avaliando estratégias de ação a partir dessa nova forma de agir, na perspectiva de fazer frente aos inúmeros desafios do contexto.

Muitos foram os caminhos e descaminhos no processo de construção e desconstrução da Rede: da perspectiva de competição para a de cooperação; de ação isolada para ação complementar e co-responsabilidade. Isso foi criando uma nova

identidade coletiva, com sinergia, propiciando pertencimento e empoderamento, onde o respeito às diferenças e a confiança ecoaram forte desde a ação direta até o *advocacy* de cada instituição e da Rede como um todo. Um exemplo importante foi a colaboração marcante e articulada dos membros da Rede na mobilização e formulação da *Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*, do CMDCA Rio, enfrentando a "incivilidade" com que esse grupo era tratado.

O vínculo construído entre as pessoas e instituições na Rede Rio Criança propiciou a

ampliação da articulação política, da mobilização social, de espaços de formação e do reconhecimento desse coletivo. A forma de atuar frente às demandas objetivas, quando se está em um espaço coletivo onde há respeito e confiança, possibilita um constante movimento, em que cada um pode construir e reconstruir sua ação, os objetos de intervenção e estratégias de ação.

A partir do encontro na diversidade podemos construir um espaço de pertencimento e de uma rica totalidade. Que sejamos eternamente responsáveis por aquilo que cativamos em nós e em todos que cruzaram e cruzam a nossa caminhada.



Oficina de Planejamento Estratégico

Lições Aprendidas:

- Um trabalho em rede só é possível se constrói um ambiente de respeito às diferenças, confiança e pertencimento entre seus membros.
- A forma como as relações são construídas entre as pessoas e instituições determinam o alcance do trabalho coletivo em uma experiência de Rede.

Legitimidade da Rede Rio Criança na cidade

Sidney Teles

*"Caminhante não há caminho.
O caminho se faz ao
caminhar."*



Entrega da homenagem à RRC na Assembléia Legislativa do RJ, pela sua luta em defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes em situação de rua

Criada a partir da articulação de instituições historicamente engajadas na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a Rede Rio Criança aposta, inicialmente, no envolvimento do Poder Executivo enquanto parceiro como estratégia de ampliação da discussão e responsabilização na questão das crianças e adolescentes em situação de rua no Município do Rio de Janeiro, para além

das ONGs. As divergências entre os olhares do executivo e da sociedade civil, em relação a esta questão, demarcaram e definiram o posicionamento das instituições integrantes da Rede no sentido de que não seria possível conciliar a postura coercitiva, representada, naquele contexto, pelas ações governamentais, e a propositiva representada pelas demais instituições.

Desembargador Siro Darlan brinca com bebê na Caminhada em Defesa da Vida



Rede Rio Criança na Caminhada em Defesa da Vida, em 2006

do Aniversário do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Dia das Crianças, Dia Internacional dos Direitos Humanos, das passeatas, manifestações, atos públicos, caminhadas, entre outros. Também é referência para alguns setores da mídia.

A experiência da Rede Rio Criança serviu de modelo para a criação de outras redes como a Rede Criança Baixada, que reúne diversos municípios da Baixada Fluminense. Devemos, também, destacar a contribuição da Rede no fortalecimento dos Fóruns DCA e a participação de Instituições da Rede nos Conselhos de Direitos do Município e do Estado do Rio de Janeiro (CMDCA e CEDCA). Podemos citar como ponto alto do reconhecimento e da legitimidade da Rede Rio Criança a homenagem recebida no Dia Internacional dos Direitos Humanos, pelo mandato do Deputado Estadual Marcelo Freixo – PSOL-RJ, conferido a organizações e movimentos

sociais de defesa dos Direitos Humanos, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2007; e a indicação do CEDCA RJ, em 2009, ao prêmio de Direitos Humanos, promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH).

A Rede Rio Criança tem sua referência consolidada na área da infância e juventude no RJ. Alcançou visibilidade e legitimidade junto à sociedade civil, movimentos sociais e setores governamentais, especialmente do Estado, Legislativo e Judiciário, como um grupo de Instituições de notório saber e prática junto às crianças e adolescentes em situação de rua.

A Rede Rio Criança tem mais do que legitimidade no Município do Rio de Janeiro. A Rede é, acima de tudo, uma referência na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Lições Aprendidas:

- Apesar de todos os desafios de se construir e manter uma articulação em rede, se o coletivo envolvido mantém um trabalho coerente e tem unidade de princípios e ação, conquista respeito e legitimidade de diferentes segmentos sociais.
- O trabalho em rede é muito difícil, mas vale a pena!



Rede Rio Criança é um ator importante no controle social

Márcia Gatto

"Se você é capaz de tremer de indignação cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros."

Che Guevara



Colóquio sobre o Sistema Socioeducativo, 2008

Desde o início a Rede Rio Criança teve como objetivo, e incluiu ações no eixo mobilização/*advocacy*, de contribuição e fortalecimento do processo de participação da sociedade e controle social. Entendemos que o trabalho social precisa ter duas perspectivas de intervenção: a ação direta e a ação política, que devem caminhar lado a lado para se alcançar maiores resultados, contribuindo assim com a transformação do quadro de injustiça social que vivenciamos.

Em todos os seus planejamentos, a Rede destacou o acompanhamento e monitoramento das ações da gestão pública na execução de políticas e programas voltados para as crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro. Destaca-se nesse processo o comprometimento da Rede Rio Criança com o fortalecimento dos Conselhos de Direitos, Estadual (CEDCA) e Municipal (CMDCA) e do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA Rio) e Fórum Estadual DCA, através da participação ativa de suas Instituições nas Assembléias e na composição destes espaços de representação.

O processo de controle social inicia-se nos debates no Fórum DCA Rio e na Rede Rio Criança, de onde se procura tirar encaminhamentos para acompanhar e intervir

de forma a garantir os direitos das crianças e adolescentes. Este ainda é um grande desafio, mas algumas iniciativas podem servir como exemplos desta atuação, como a impetração de um *Habeas Corpus* contra as operações de recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua, feito por um Centro de Defesa da Rede, que conseguiu impedir as ditas operações por um período curto, até que o *Habeas Corpus* fosse revogado pela mesma justiça que o impetrou; a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, que avaliou irregularidades na gestão dos recursos do Fundo Municipal da Infância e da Assistência Social pelo Executivo Municipal, fruto de uma articulação do Fórum DCA Rio com a Câmara de Vereadores, que contou com a contribuição das Instituições da Rede Rio



Criança na mobilização, acompanhamento e no fornecimento de subsídios para a CPI.

Outra perspectiva que avaliamos ser bastante importante na trajetória da Rede foi a incorporação da discussão sobre o orçamento público. A maioria das ONGs não domina esse tema, tendo dificuldade e até certa resistência em atuar nessa área. Contudo, ao longo do tempo, este tema foi sendo discutido e amadurecido no interior da Rede, pois a implementação de políticas públicas que garantam direitos está diretamente ligada à disponibilização significativa de orçamento público para sua execução. O acompanhamento do Orçamento Criança também foi um destaque desta articulação no controle social, principalmente pelos Centros de Defesa (CEDECAS) que compõem a Rede, que socializavam informações e incentivavam as Instituições da Rede a participarem de Audiências Públicas sobre o orçamento em várias instâncias (municipal, estadual e federal).

Diante da complexidade do contexto político do município do Rio, no qual a aproximação e o diálogo com o Executivo Municipal nos últimos anos foi bastante difícil, a Rede tem priorizado estar presente de forma ativa no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), local que tem sido palco de uma série de arbitrariedades e desmandos governamentais e, em algumas gestões, também são posturas não-governamentais. Contudo, os desafios não se dão apenas na relação com os governos. Muito ainda há a ser feito na pers-

pectiva do fortalecimento e qualificação da atuação da sociedade civil. No CMDCA, vivemos gestões em que alguns representantes da sociedade civil não respeitavam as decisões do coletivo, defendendo interesses pessoais e institucionais. No ano de 2007, após longas negociações com o Fórum DCA Rio e com forte apoio e mobilização da Rede Rio Criança, conseguimos eleger um grupo de 10 Instituições, que se comprometeram e construíram um conjunto de propostas prioritárias (uma plataforma) para atuação na gestão 2008/2009 do CMDCA, ancorada em uma efetiva representação do interesse público. Neste coletivo tivemos 04 Instituições que integram a Rede. Foi nesta gestão que, após um grande e longo movimento de luta e articulação, conseguimos uma grande vitória: concluir a formulação da Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, deliberada em 22 de junho de 2009 pelo CMDCA Rio. Nossa luta agora é pela implementação da Política de Rua e controle social de sua execução.

Essas experiências para nós são claros exemplos da capacidade de articulação e qualificação institucional que uma ação em rede pode possibilitar. Elas nos mostraram que o fato de termos construído na Rede Rio Criança um contínuo espaço de reflexão e debate, onde as diferentes idéias eram expostas e o coletivo a partir daí construía uma unidade na ação, deu a todos os envolvidos a capacidade de melhor atuar no controle social, e deu ao conjunto de Instituições força política e poder de pressão.

Lições Aprendidas:

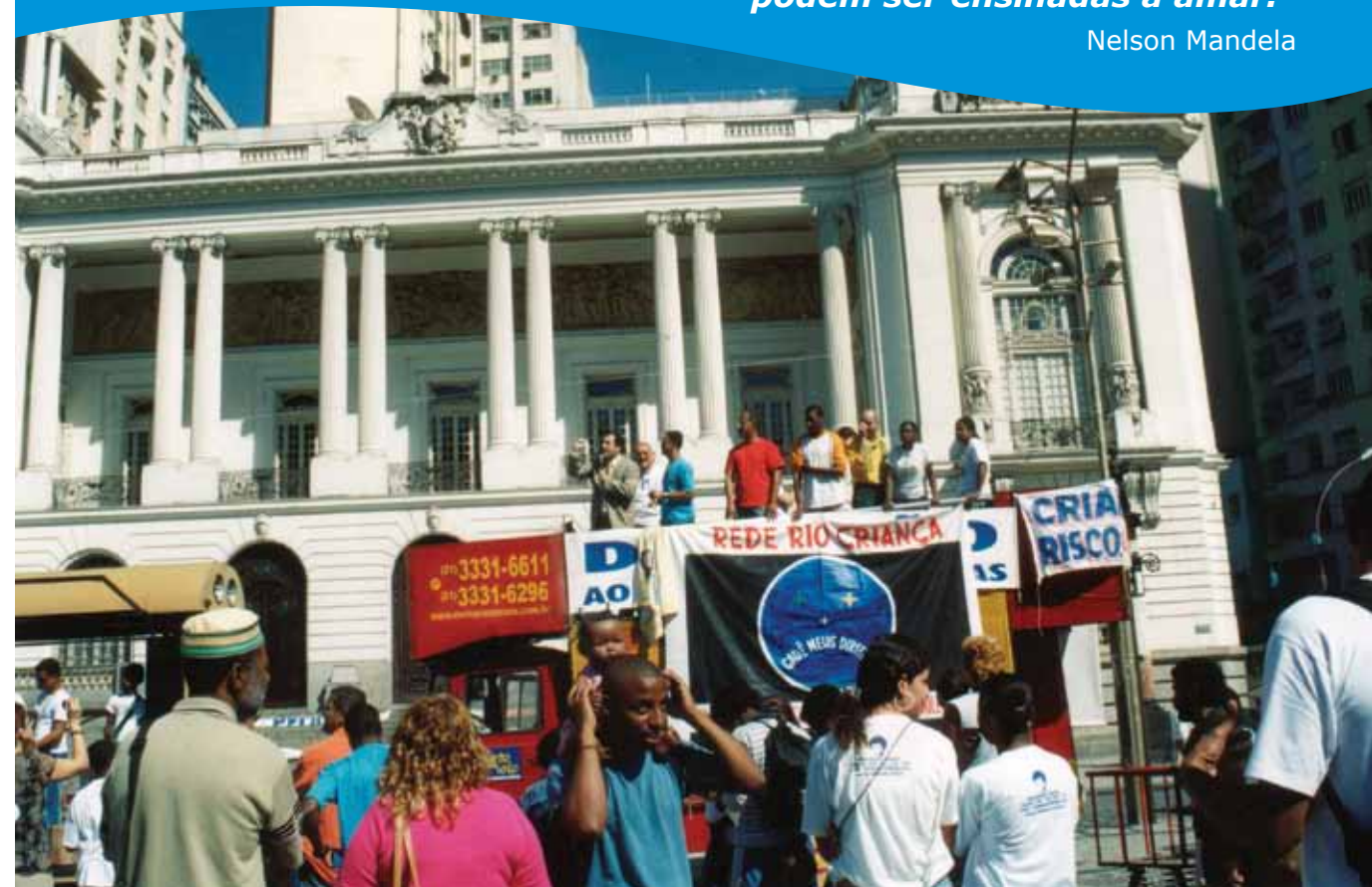
- Uma efetiva atuação da sociedade civil na perspectiva do controle social requer: qualificação em novos temas; investir no fortalecimento dos diferentes espaços de articulação (como Fóruns e Conselhos); e a articulação com diferentes atores sociais (como Legislativo, Executivo e Judiciário).
- Os desafios do fortalecimento dos espaços de formulação de políticas e controle social estão ligados à construção de estratégias de relacionamento (em alguns momentos de enfrentamento) não só com os governos, mas também com setores da sociedade civil.
- Na construção de uma rede é fundamental o contínuo debate de concepções e princípios, o que possibilita uma unidade na ação, conferindo ao grupo força política e poder de pressão.

Mobilização social: Rede Rio Criança pauta a temática de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro

Juliana Brunucelli e Vanessa Leite

"Ninguém nasce odiando a outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar."

Nelson Mandela



Ato Público contra a Chacina da Candelária, 2005

A Rede Rio Criança sempre percebeu a mobilização social como uma estratégia importante para a mudança de olhar da sociedade em relação às crianças e adolescentes em situação de rua, bem como para a busca da efetivação de políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades deste público. Nesse sentido, a Rede organizou e/ou participou ao longo de sua trajetória de diversas ações e eventos que visassem discutir a temática de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, na perspectiva da defesa e garantia dos seus direitos fundamentais.

Alguns dos momentos marcantes da experiência da Rede Rio Criança foram as mobilizações contra as ações de recolhimento de crianças e adolescentes em situação

de rua (CASR) promovidas pelo Poder Público, nos quais a Rede sempre buscou intervir e denunciar a forma arbitrária e violenta como as crianças e adolescentes eram retiradas das ruas, num claro desrespeito aos direitos humanos e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Várias estratégias de mobilização foram utilizadas pela Rede para denunciar esta questão: Atos públicos, abordagens de rua coletivas, Cartas Abertas à população, *Habeas Corpus* (impetrado pelos Centros de Defesa) contra as operações de recolhimento de CASR. A Rede defende que a saída das crianças e adolescentes das ruas deve ocorrer de forma processual, através de um trabalho de abordagem de rua, realizado por educadores sociais, respeitando a vontade e o momento destas crianças de retornar para suas famílias,



Caminhada em Defesa da Vida, 2006

comunidades, uma instituição de acolhimento, ou quando esgotadas essas possibilidades, construir espaços de autonomia.

Ao longo de sua trajetória a Rede sempre buscou dar visibilidade à comemoração do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na cidade, participando do planejamento e organização de vários eventos (passeatas, caminhadas, seminários), como forma de lembrar à sociedade os direitos das crianças e adolescentes, e pautando que a menina que está nas ruas também é portadora desses direitos. Junto a estes atos, a Rede tem participado há alguns anos de ações de mobilização de lembrança da Chacina da Candelária, que em 2009 com-

pletou 16 anos. Entre os eventos públicos promovidos pela Rede, esta privilegiou a realização de espaços de debate e reflexão envolvendo a temática das crianças e adolescentes em situação de rua e temas transversais como DST/AIDS, medidas socioeducativas, dentre outros, na perspectiva de melhor entender a realidade destes sujeitos, pensar formas de intervenção eficazes e sensibilizar atores diversos para a

causa da defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua.

Nesse percurso, um grande desafio da Rede Rio Criança foi construir uma participação ativa das crianças e adolescentes atendidos nas suas ações de mobilização. Uma experiência exitosa de mobilização de educadores e adolescentes foi a realização, em parceria com o Juizado da Infância e Juventude, de um encontro de dois dias com os meninos/as em situação de rua, no qual os adolescentes falaram, fizeram denúncias e propostas para uma plenária de autoridades. O resultado desse encontro foi a produção de um manifesto denunciando e repudiando toda e qualquer violência contra

Caminhada em Defesa da Vida, 2006



crianças e adolescentes que se encontrassem em situação de rua. Esse documento transformou-se em um importante instrumento de mobilização.

Outra estratégia para estimular o protagonismo das crianças e adolescentes foi envolvê-los diretamente na organização e participação no *Fórum de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua do Município do RJ*, no qual, junto com outras crianças

e adolescentes que encontraram outras formas de vivenciar as ruas e que já têm os seus direitos mais garantidos, eles se auto-organizam: discutindo temáticas de sua realidade, formando comissões e participando do planejamento de novos encontros, do fórum e de outros eventos, bem como participando em espaços de deliberação e controle social.

Apesar das muitas ações de mobilização desenvolvidas, percebemos que é muito difícil atingir a sociedade de uma forma mais ampla. Para alcançarmos uma mudança de olhar da opinião pública sobre as crianças e adolescentes em situação de rua é necessário dialogar para além do campo dos direitos humanos, sensibilizando outros segmentos da sociedade, ampliando a nossa rede de ação. Contudo, é importante não esquecer que nossa sociedade sempre discriminou e criminalizou os chamados "menores de rua", não os tratando como



Passeata contra a Redução da Maioridade penal, 2007

sujeitos de direitos, nem mesmo enquanto crianças e adolescentes iguais às outras. Assim, um longo caminho será ainda necessário para a construção de um novo olhar da sociedade. Outro aspecto importante relacionado a este, diz respeito à dificuldade que a Rede Rio Criança enfrentou em todo o seu percurso de ganhar espaço na mídia, com suas propostas e eventos. Sabemos que esta não é imparcial, e que não basta termos profissionais de comunicação para conseguir inserções na mídia, pois fazemos parte de um movimento social que questiona valores hegemônicos da sociedade. Contudo, é importante que busquemos caminhos possíveis de atuação.

Essas limitações ainda não foram superadas, o que nos coloca o desafio de refletir e construir novas formas de ação, sensibilização e mobilização, sem, contudo, deixar de acreditar na importância de tudo que já foi e continua sendo feito.

Lições Aprendidas:

- As ações de mobilização são importantes instrumentos na luta pela efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.
- A participação ativa das crianças e adolescentes na proposição e desenvolvimento de ações de mobilização é de fundamental importância e temos que construir estratégias para estimular o protagonismo destes.
- Precisamos repensar as ações de mobilização social, para que atinjam outros setores da sociedade, criando novas formas de sensibilizar a mídia e a sociedade.
- Entendemos que alcançar uma mudança do olhar da sociedade sobre as crianças e adolescentes em situação de rua é um processo de longo prazo, mas que é preciso persistir nessa direção.

Pesquisas da Rede Rio Criança subsidiando políticas e ações de proteção a crianças e adolescentes

Elizabeth Serra Oliveira

"O elemento popular sente, mas nem sempre compreende ou "sabe"; o elemento intelectual "sabe", mas nem sempre compreende e especialmente "sente". (...)

O erro do intelectual consiste em crer que se possa saber sem compreender e especialmente sem sentir e ser apaixonado."

Antonio Gramsci



A Rede Rio Criança sempre reconheceu a importância da pesquisa para subsidiar suas ações, tendo sido sua primeira ação articulada a realização de uma pesquisa qualitativa com as crianças e adolescentes em situação de rua. Em seus planejamentos seguintes, deliberou pela necessidade do desenvolvimento de pesquisas, e conseguiu estabelecer parcerias financeiras para viabilizá-las.

Produzir conhecimento através de pesquisas sempre foi uma função predominante das Universidades. A produção de saberes produzidos no "chão" do cotidiano das

instituições que vivenciam e constroem a práxis dessas experiências ainda não é compreendido como produção de conhecimento. Quando na Rede Rio Criança vislumbramos desenvolver pesquisas com objetivo de nos subsidiar na construção de políticas públicas voltadas para garantir os direitos de crianças e adolescentes em situação de rua, partindo da experiência de algumas instituições que compõem a Rede, e que já haviam desenvolvido trabalhos de pesquisas com essa finalidade, também vivenciamos em nossos debates, seja por parte dos financiadores, ou mesmo de algumas instituições, um questionamento da validade dessa produção do conhecimento.

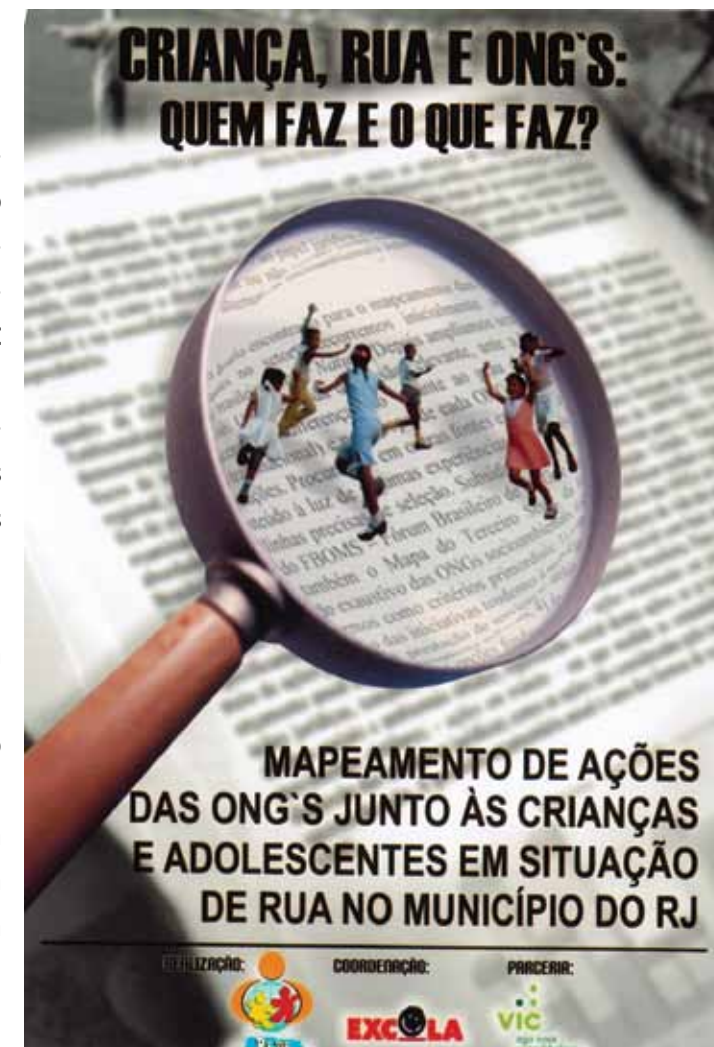
Em 2006, a Rede compôs um grupo gestor de assessoria e monitoramento e realizou, através da Associação Excola, instituição que integra a Rede, a pesquisa "Mapeamento de ações das ONGs junto às crianças e adolescentes em situação de rua no município do Rio de Janeiro", com o objetivo de identificar as organizações da sociedade civil que realmente tem como público alvo crianças e adolescentes em situação de rua como prioridade de suas ações. Em 2007 realizamos a segunda pesquisa dentro dos mesmos processos metodológicos – "Ações voltadas às crianças e adolescentes em situação de rua na Baixada Fluminense",

se", com o objetivo de realizar uma discussão metropolitana em relação a essa problemática, bem como identificar as ações governamentais e não governamentais voltadas para o referido público. Ambas as pesquisas foram financiadas pela Associação VIC do Brasil.

Para além das pesquisas propostas internamente na Rede, outras pesquisas realizadas por instituições membro e úteis para uma análise situacional do município, subsidiaram o conjunto de debates travados pela Rede. Foi o caso de uma pesquisa sobre a Rede de Abrigos do Município do RJ, desenvolvida em parceria com o CMDCA. Este levantamento visava nortear a implementação da Política Municipal de Abrigos e contou com a colaboração expressiva de várias instituições componentes da Rede.

A Rede Rio Criança divulgou e socializou toda essa produção em diversos fóruns e junto a um grande número de entidades do Estado do Rio de Janeiro, bem como a utilizou através de membros da Rede, que são Conselheiros de Direitos, na formulação de programas e de políticas públicas voltadas para o atendimento das crianças e dos adolescentes em situação de rua, nos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Essa experiência mobilizou os mais diversos atores sociais e operadores do Sis-



tema de Garantia de Direitos, que puderam utilizar os referidos diagnósticos como instrumento de orientação na formulação de políticas públicas e no desenvolvimento de ações, bem como utilizá-lo como subsídio de denúncia das violações de direitos a que estão submetidos todos os dias as crianças e os adolescentes que tem como única referência de sobrevivência a vida nas ruas e assim, contribuir na emancipação humana desses sujeitos.

Lições Aprendidas:

- A pesquisa é um elemento fundamental para a qualificação de nossa intervenção e fortalece as ações de *advocacy*, ao subsidiar com dados nossas propostas nos diferentes espaços em que atuamos.
- A produção do conhecimento a partir daqueles que estão inseridos no fazer precisa ser valorizada, pois o conhecimento construído no cotidiano das ações deve ser melhor refletido e sistematizado, com a intencionalidade de contribuir com a defesa e promoção de direitos das crianças e adolescentes.

Rede Rio Criança atua no CMDCA: A experiência da Rede na formulação da Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro

Mônica Alkmim

"A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje, é fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer."

Paulo Freire



Foto da vitória! Aprovação da Política de Rua pelo CMDCA, em 22 de junho de 2009

Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxeram uma nova forma de pensar a política voltada às crianças e adolescentes, incorporando a idéia de participação da sociedade civil organizada. A construção desse espaço de participação democrática no município do Rio é uma luta que vem sendo travada já há alguns anos pela sociedade civil em nossa cidade, através da ocupação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA - Rio). Vivemos as regras impostas por um governo municipal que durou 16 anos e que, neste período, desvalorizou e desrespeitou toda uma história de conquistas por uma efetiva participação da sociedade civil em decisões que iriam afetar diretamente nossas crianças e adolescentes, suprimindo destes direitos básicos e desenvolvendo políticas assistencialistas e criminalizadoras, especialmente em relação às crianças e adolescentes em situação de rua. Em 2009, este governo foi substituído por outro politicamente semelhante, repro-

duzindo, em muitas instâncias, os mesmos valores e ações anteriores.

Apesar deste espaço de participação democrática estar assegurado por lei, enfrentamos ao longo dos anos diversas dificuldades para fazer do Conselho Municipal um lugar efetivo de convivência paritária entre governo e sociedade civil. Tivemos que lidar com uma série de entraves, fruto de interpretações equivocadas da municipalidade do papel desse órgão, que vão desde problemas burocráticos e falta de estrutura técnica para funcionamento autônomo, a abusos de poder e má utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem deliberação específica do Conselho.

A Rede Rio Criança foi um ator importante no enfrentamento destas dificuldades e conquista diária deste espaço. As Instituições que compõem a Rede, em sua maioria, sempre estiveram representadas no Fórum DCA Rio (espaço de articulação de instituições da sociedade civil) e nas Assembléias do CMDCA, contribuindo com os debates na perspectiva

de formulação de políticas e programas que garantam direitos pautados em uma visão das crianças e adolescentes enquanto sujeitos, baseados em princípios metodológicos que valorizem a escuta e respeitem os desejos e demandas das crianças e adolescentes.

Durante todo este período, as representações da Rede Rio Criança se fizeram presentes defendendo a realização de diagnósticos que norteassem a elaboração de políticas que beneficiassem aqueles que prioritariamente necessitam de ações emergenciais. Nesse longo processo, tivemos algumas conquistas como a Política de Abrigos, que teve como base de sua elaboração duas pesquisas sobre o sistema de abrigo municipal, realizadas por duas Instituições que compõem a Rede Rio Criança; o Plano de Enfrentamento às Violências Sexuais e a Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro.

Em relação à elaboração da Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, a participação das Instituições da Rede Rio Criança foi determinante. Toda a representação da sociedade civil no grupo de trabalho que se constituiu para a formulação das linhas de atendimento foi formada por representantes da Rede Rio Criança, demonstrando assim, sua força política no atendimento a este público na cidade do Rio de Janeiro. Também os representantes governamentais que compunham o grupo de trabalho legitimaram a fala das Instituições da Rede, por entenderem que estas representam uma experiência exitosa no atendimento, todas tendo como linha

condutora princípios de respeito e defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Contudo, esse processo demandou, dos membros da Rede Rio Criança envolvidos, persistência, empenho e clareza de princípios. O início dos debates iniciou-se em 2003 e, ao longo desse tempo, foi necessário de todos os envolvidos muita leitura, reflexão e debate. Além disso, vários percalços surgiram no caminho, inclusive divergências de concepção com o Executivo municipal quanto aos princípios norteadores da Política, o que atrasou sua conclusão. Mas, por constante pressão da Rede Rio Criança esta foi retomada, e em meados de 2008 foi novamente constituído o GT de formulação da Política de Rua, um Grupo de Trabalho paritário, formado por representações governamentais e não governamentais (todas integrantes da Rede Rio Criança), que trabalhou ativamente durante um ano, promovendo amplos e ricos debates contextualizando a questão da "situação de rua", suas principais demandas e necessidades.

Finalmente, em 22 de junho de 2009, o CMDCA Rio aprovou, por unanimidade, a Deliberação 763/09 - a Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Uma grande vitória e conquista para todos que lutaram pela sua formulação e aprovação. Pudemos com essa experiência construir e acompanhar todas as etapas desse grande desafio que foi a formulação e aprovação de uma política pública, desde os primeiros passos do processo até sua votação. E, com certeza, estaremos lá contribuindo, monitorando e fazendo pressão para sua efetiva implementação.

Lições Aprendidas:

- Os Conselhos Municipais de Direitos da Criança são espaços fundamentais de atuação das instituições, pois lá é a arena de construção efetiva de políticas, programas e projetos que poderão garantir os direitos das crianças e adolescentes.
- A atuação nos Conselhos dá à sociedade civil a possibilidade de avançar em sua atuação, para além da crítica e oposição, e se qualificar para a elaboração de políticas, sendo assim, um espaço importante de formação para aqueles que querem construir o real papel dos Conselhos de deliberação de políticas públicas.
- A existência de um trabalho articulado em rede possibilita a seus membros maior clareza dos princípios a serem defendidos e poder de pressão e articulação nos espaços de controle social, o que se faz fundamental para balizar a luta política nesses espaços.

Rede Rio Criança se articula em situações emergenciais de violação de direitos e denuncia o recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua

Márcia Gatto

"De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que estamos sempre recomeçando. A certeza de que precisamos continuar. A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar. Portanto, devemos fazer da interrupção um caminho novo. Da queda, um passo de dança. Do medo, uma escada. Da procura, um encontro."

Fernando Pessoa

A proposta diferenciada e inovadora da Rede Rio Criança no cenário do Rio de Janeiro, não só em sua formação e estrutura, mas também em suas linhas de ação bem definidas política, pedagógica e operacionalmente, tornou-a uma das experiências mais exitosas de formação de redes na área da infância e juventude neste município. Nos primeiros anos de atuação da Rede, havia uma grande motivação de seus membros com a possibilidade de promover uma intervenção integrada e complementar

com um maior número de representações institucionais, o que causaria maiores resultados e impacto.

Tudo isso proporcionou maior agilidade na comunicação e um alto poder de articulação e mobilização das Instituições filiadas em situações emergenciais de violação de direitos das crianças e adolescentes em situação de rua. O papel da chamada "equipe de apoio" da Rede foi fundamental nestes momentos, utilizando uma série de instrumentos e dis-

Ação policial em operações de recolhimento no Largo da Carioca (Foto Jornal O Globo)



Mobilização contra o Recolhimento da população de rua, em Copacabana

positivos para a mobilização da Rede como um todo. Os maiores exemplos disto são as diversas mobilizações contra as operações de recolhimento forçado dos meninos/as em situação de rua, tipo de operação de controle e coersão da população de rua.

Desde a constituição da Rede Rio Criança, a preocupação com as chamadas "operações de recolhimento" foi um tema intensamente debatido, sempre buscando denunciar a forma arbitrária e violenta que essas operações eram feitas, contrariando o ECA, os direitos humanos, num claro exemplo de violação dos direitos das crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. O "recolhimento" da população de rua é um tipo de política de segurança pública, que está estruturada nas bases do pensamento higienista, para contemplar as exigências de uma elite, que não quer ver e muito menos conviver no seu dia a dia com o retrato mais cruel de injustiças dessa sociedade - crianças e adolescentes vivendo nas ruas.

Mobilização contra o Recolhimento em Copacabana



As operações de recolhimento, realizadas pela Prefeitura e Governo do Estado, com forte aparato policial, eram feitas em sigilo, nas localidades da cidade onde se verificavam grande circulação de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, especialmente no Centro e Zona Sul da cidade. Nos primeiros anos da Rede Rio Criança, quando órgãos governamentais faziam parte da Rede, em algumas ocasiões os educadores destas instituições informavam, em off, que seria realizado em determinado local o recolhimento. Em outras, a Rede ficava sabendo pelos próprios meninos, ou mesmo na hora exata em que estava ocorrendo a operação. Nesta hora, a Rede conseguia se mobilizar com muita rapidez e muitos se deslocavam para o local numa tentativa de impedir o recolhimento e proteger os meninos/as. Os educadores da Prefeitura viviam uma grande tensão e contradições internas, muitas vezes verbalizadas, ficando os próprios, impedidos de participarem das mobilizações.

As demandas das crianças e adolescentes que eram trazidas para a Rede, informando sobre a violação dos direitos, desafiaram a Rede Rio Criança a se posicionar. Através de enfrentamentos junto com a meninada, a cada urgência buscávamos e criávamos coletivamente formas de denunciar e dar visibilidade à sociedade sobre esse tipo de ação violadora de direitos. Utilizando estratégias criativas, a Rede conseguia articular, com agilidade, atos públicos, a distribuição de cartas abertas à popula-



Ação policial na operação de recolhimento denominada "Lapa Limpa" (Fotos Jornal O Globo On line)

ção, esclarecendo à comunidade local e aos grupos de meninos abordados todas essas arbitrariedades que eram protagonizadas pelo Poder Público, bem como a situação de abandono em que se encontravam as crianças e adolescentes nas ruas da cidade. E, com essas atividades, também se divulgava a existência da Rede.

A Rede Rio Criança buscou durante um longo período, através de debates e capacitações, a mudança de mentalidade e prática das OGs que a integrava, buscando uma alteração na forma de intervenção dessas organizações. No entanto, por mais que os educadores estivessem sensibilizados, não

conseguiam eco nos gestores. Com isso a relação OGs e ONGs dentro da RRC foi se desgastando cada vez mais até que as OGs saem da Rede, pois entendíamos ser uma contradição ter enquanto membros da Rede instituições que desrespeitam o ECA e os direitos humanos das crianças e adolescentes.

Através dos Centros de Defesa (CEDECAS), foram feitas ações civis públicas, impetrados mandados de segurança e *habeas corpus* contra as operações de recolhimento, o que representou uma vitória, mesmo que momentânea. Infelizmente, o recolhimento da população de rua é uma prática ainda instituída no Rio de Janeiro e está

Mobilização contra o Recolhimento em Copacabana



Ação policial em operações de recolhimento no Largo da Carioca (Jornal O Globo On line)

longe de ser substituída por ações que garantam de fato a proteção e a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e jovens que estão em situação de rua.

Com o tempo, as mobilizações foram deixando de acontecer. A Rede perdeu um pouco do seu poder de convocação. As violações de direitos continuam e, em alguns casos, a Rede Rio Criança se mantém silenciosa. Por quê? A repetição do cenário causou uma forma de banalização? Acreditamos que não. Muitas podem ser as razões. Observamos um refluxo muito grande nos movimentos sociais e isto se vê refletido em todos os espaços, não apenas da área da infância e juventude. As instituições enfrentam dificuldades por falta de recursos financeiros, o que as faz voltarem-se mais para

dentro. Aprendemos que a existência da Rede, por mais força que tenha dado a cada um de nós, também vive momentos de idas e vindas, de ação e reação, de maré cheia e maré baixa. De qualquer forma, a realidade se altera e está em constante movimento, e a Rede Rio Criança também. Numa rede, nada é permanente e constante, e exatamente por ser rede, seu movimento permite uma maior flexibilidade e leveza.

Em tempo, mesmo com esta espécie de fragmentação dos movimentos sociais, a Rede Rio Criança mantém-se como uma referência na área da criança e do adolescente, e sempre é chamada para participar de eventos e movimentos ligados aos direitos humanos para "engrossar" a luta na busca de novos caminhos e visões de mundo.

Lições Aprendidas:

- Um grupo bem organizado politicamente e operacionalmente, tem maiores e melhores condições de articulação e mobilização. É mais fácil enfrentar situações de injustiça quando estamos em um coletivo.
- Para que um grupo se mantenha em rede é fundamental que haja uma unidade mínima em relação aos valores e princípios de intervenção. Quando se trabalha pela garantia de direitos humanos, não podemos permitir a naturalização ou a banalização de qualquer ato que fira este preceito.
- Para que uma ação em rede se mantenha, é necessário que haja flexibilidade, entender que seu movimento não é linear. Que em alguns momentos se pode muito, em outros nem tanto. E nesse sentido, não cabem cobranças de parte a parte. Pois cada uma dá ao coletivo aquilo que pode.

Reconhecimento e integração das metodologias institucionais

Sandra Fonseca, Wilma Santiago, Nancy Nascimento e Marcy Gomes

“Política é a palavra e pensamento que se fez gesto.”

A Rede Rio Criança logo no início de sua articulação decidiu realizar uma pesquisa-ação com crianças e adolescentes nas ruas, praças e becos da cidade do Rio de Janeiro a fim de levantar o diagnóstico da situação em que pretendia atuar. Para a construção dos instrumentos da pesquisa foram ouvidos diferentes atores das instituições parceiras: gestores, técnicos e educadores, agregando aspectos diversificados e relevantes das diferentes metodologias utilizadas.

Nossas discussões facilitaram o acesso ao trabalho desenvolvido por cada instituição e, ao mesmo tempo, possibilitou uma rica troca de experiências entre os profissionais. Dava-se aí a primeira integração entre os profissionais da abordagem de rua, “os de abordagem” com os que atuavam na reintegração familiar, “os de família”. Todo este processo culminou no sucesso de um trabalho integrado, construído a partir de nossas diferenças, que teve como resultado o livro *Vida nas Ruas*, publicado no ano de 2003.

O debate acerca das metodologias institucionais se deu desde o início da Rede Rio Criança. A Fondation Terre des hommes apresentou como proposta a ser incorporada pela Rede sua metodologia denominada “Sistema Criança Rua”. Uma série de debates se estabeleceu e o conjunto da Rede chegou ao entendimento de que para se construir um trabalho articulado, não era necessário ter uma metodologia única de atendimento, e que a riqueza de uma rede está justamente nas suas diferenças metodológicas de atuação. Com isto, organizamos vários encontros para a apresentação de cada uma das instituições que integrava

a Rede Rio Criança como forma de socializar as metodologias e facilitar a integração e complementaridade das ações.

No planejamento e organização do Eixo Ação Direta, as instituições que formaram a Rede Rio Criança implementaram uma organização sob a forma de Grupos de Trabalho (GTs). Neste caso, criou-se dois GTs para acompanhar as crianças e adolescentes em situação de rua: GT Abordagem e o GT Família. Inicialmente o trabalho desenvolvido pelos GTs era independente. Havia uma dificuldade por parte dos educadores de abordagem e os de família em agregar os diferentes olhares em uma intervenção, e desenvolver um acompanhamento integrado das crianças, adolescentes e suas famílias. Havia, dos dois lados, desconhecimento e preconceitos em relação ao trabalho do outro. Existiam divergências de concepção e de atuação, e parcialidade nas ações. Os educadores de abordagem não tinham a prática de incorporar as famílias no atendimento, precisando também de um acompanhamento, pois entendiam que a prioridade era apenas o menino e a menina. Por outro lado, os educadores de família não tinham muita proximidade com a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes longe da família. As ações assim, se mantinham isoladas e sem um caráter interdisciplinar.

Após muitos desencontros e longos debates, a Rede Rio Criança decidiu pela integração dos dois grupos de trabalho, criando o GT Ação Direta, possibilitando a todos os profissionais entender a importância do trabalho do outro no fortalecimento do seu. Os educadores que atuavam nos dois GTs constataram que as oscilações entre rua e casa faziam parte do processo de (re)integração familiar e comunitária. E que esta oscilação

não representava necessariamente uma falha no acompanhamento desenvolvido por estes junto às crianças, adolescentes e suas famílias, ou, ainda, a desistência por parte da criança /adolescente de voltar para uma convivência familiar.

Como resultado desse processo, validamos a parceria do educador de família com o educador de abordagem, que passou a ser um forte parceiro no acompanhamento das crianças/adolescentes na rua durante o processo de (re)integração familiar, como também um facilitador do início do contato do educador de família com os meninoa/as e com suas famílias. A partir da integração dos grupos de trabalho, passamos a discutir juntos os casos, ampliando nossa visão sobre as trajetórias das crianças e adolescentes, o entendimento das intervenções necessárias e a importância da complementaridade de nossas ações. Com isso, qualificamos o trabalho de acompanhamento e o processo de reintegração familiar, que passou a ter um olhar para as crianças, adolescentes e suas famílias na sua integralidade.

Também entre as Instituições da Rede que atuam diretamente na rua com os meninos e meninas, atualmente 07 ONGs, observamos diferentes formas de atuação. Porém a troca de experiências sempre motivou ricos e calorosos debates, maior

compreensão e reconhecimento do trabalho do outro.

O que vemos hoje é que a integração das metodologias foi se dando em vários processos e ações da Rede Rio Criança. Podemos observar isto no Fórum de Meninos/as, com a realização de diferentes oficinas pedagógicas e culturais, coordenadas por instituições da Rede; na realização dos eventos e na mobilização social/*advocacy*, que traçou um caminho importante e indispensável para alcançarmos maiores resultados na promoção, defesa e garantia de direitos, unindo ação direta e política; no GT de Articulação da Abordagem de rua, um espaço de análise do contexto, discussão, troca e, especialmente, de planejamento e organização das ações complementares, que reúne, principalmente, as instituições que atuam diretamente nas ruas com os meninoa/as.

A troca de experiências foi muito rica e potencializou ainda mais o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua. O reconhecimento e integração das metodologias no interior na Rede Rio Criança representaram a quebra de preconceitos, do individualismo e da competição entre os parceiros. O respeito às diferenças, a cooperação e o trabalho coletivo são princípios e valores fundamentais numa ação em rede.

Lições Aprendidas:

- Muitas vezes o desconhecimento do trabalho do outro leva à manutenção de resistências e preconceitos, o que só fragiliza a atuação junto às crianças, adolescentes e famílias.
- A complementaridade efetiva das ações possibilita maior conhecimento do papel e do trabalho de cada um e fortalece o trabalho de todos os envolvidos, possibilitando um atendimento mais integral às crianças e adolescentes.
- A maior riqueza de uma rede é sua diversidade. As diferenças metodológicas, que a princípio podem parecer um dificultador do trabalho coletivo, pode se transformar em um grande instrumento de aprendizagem para todos da rede e fortalecimento do trabalho de cada um.

Complementaridade das ações articuladas em rede de atendimento

Márcia Gatto

***"Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar.
...Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão."***

Ronaldo Bastos



Abordagem de rua com arte, em Copacabana

A história do atendimento às crianças e adolescentes no Rio de Janeiro é marcada por ações isoladas e individualizadas, gerando sobreposição das ações. A comunicação e troca de experiências entre as instituições não eram sistemáticas, como também as parcerias que, quando aconteciam, se davam de forma esporádica, pontual. As experiências anteriores de constituição de redes eram mais parecidas com grupos ou fóruns temáticos, como espaços de formação e debate, porém sem uma constância e sistematização. Surgiam e se desfaziam muitas vezes pela falta de financiamento, outras pela desmobilização do grupo, em função das diversas demandas a serem enfrentadas.

A proposta de financiamento de um trabalho em rede, tendo como base o desenvolvimento de ações articuladas e complementares entre as instituições filiadas, aglutinadas num mesmo projeto, com objetivos comuns, foi o que despertou grande interesse e motivou as organizações em fazerem parte da Rede Rio Criança. Articuladas a partir da elaboração de planejamentos estratégicos trienais, divididos em 03 eixos de intervenção: Rede, Ação Direta e Mobilização/*Advocacy*, as instituições se organizaram dentro de suas especificidades e experiência, buscando a complementaridade de ações para otimizar o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.

A lógica da Rede Rio Criança visando a complementaridade das ações articuladas, foi desenhada buscando a adesão de instituições que, através da disponibilização de seus serviços, traçassem o caminho que se inicia na abordagem processual, interagindo com a facilitação da reintegração familiar e comunitária, a articulação com a rede de serviços públicos, defesa e garantia de direitos e mobilização social.

Procurando sempre atuar de acordo com o estabelecido no seu Plano de Ação, bem como em fortalecer o conjunto de Instituições que a compõe, a Rede Rio Criança engloba: abordagem de rua, atividades socioeducativas, culturais, esportivas, de lazer, formação e organização das crianças e adolescentes, reintegração familiar e apoio psicossocial às famílias, atendimento a jovens mães, formação de educadores, mobilização, defesa e garantia de direitos (*advocacy*) e controle social de políticas públicas. Apesar de 02 organizações governamentais terem integrado a Rede nos três primeiros anos de sua existência, a experiência complementar junto ao Governo ainda é um desafio não só político, como também referente à qualidade e quantidade de serviços oferecidos.

A estrutura e organização fizeram o diferencial da Rede Rio Criança e o reconheci-

mento como uma das experiências de rede com mais êxito na área da criança e do adolescente no Rio de Janeiro. Para a maioria das instituições que integram a Rede não dá mais para pensar sua atuação de forma isolada, individual. Elas têm claro o potencial desta articulação, não apenas reconhecidos nos recursos e expertise de cada organização, mas também que atuando de forma integrada e complementar obtêm uma maior sinergia, otimizam o atendimento, qualificam e ampliam os resultados. E é na complementaridade de ações que vemos que as diferenças metodológicas não são impedimentos para agir de forma articulada. Foi principalmente no anterior GT Ação Direta e hoje, num dos braços do Fórum de Ações Articuladas, o GT de Articulação de Abordagem da Rua, que o exercício da complementaridade é planejado e organizado, obtendo êxitos no trabalho com as crianças e adolescentes em situação de rua. Além disso, está propiciando a articulação com atores estratégicos fundamentais à ação junto ao nosso público alvo.

A Rede Rio Criança tem sido apontada em várias instâncias como fundamental dentro de uma nova realidade e conjuntura, alcançando expressiva notoriedade no seu campo de atuação direta, participação política e forte poder de mobilização.

Lições Aprendidas:

- A força de uma rede está na possibilidade de desenvolvimento de um trabalho articulado e complementar, onde cada um atinge maiores resultados ao contar com o trabalho do outro. E esse trabalho coletivo, evita a sobreposição de ações.
- Uma ação em rede tem mais condições de obter êxito se conta com a definição de objetivos comuns e o grupo constrói um plano de ação coletivo, dando uma identidade àquela ação articulada.

Dificuldades do trabalho em parceria entre Governo e Sociedade Civil

Nilmara Pedroso

"A aposta na possibilidade de reinvenção da política como exercício da liberdade, a abertura para a criação de formas de autonomia e democracia efetivas, o desenvolvimento de potencial emancipador da política socialista são tarefas postas no cotidiano, que gerarão as condições para o surgimento de novos acontecimentos fundadores, capazes de redirecionar a história por caminhos distintos dos atuais"

Michael Lowy

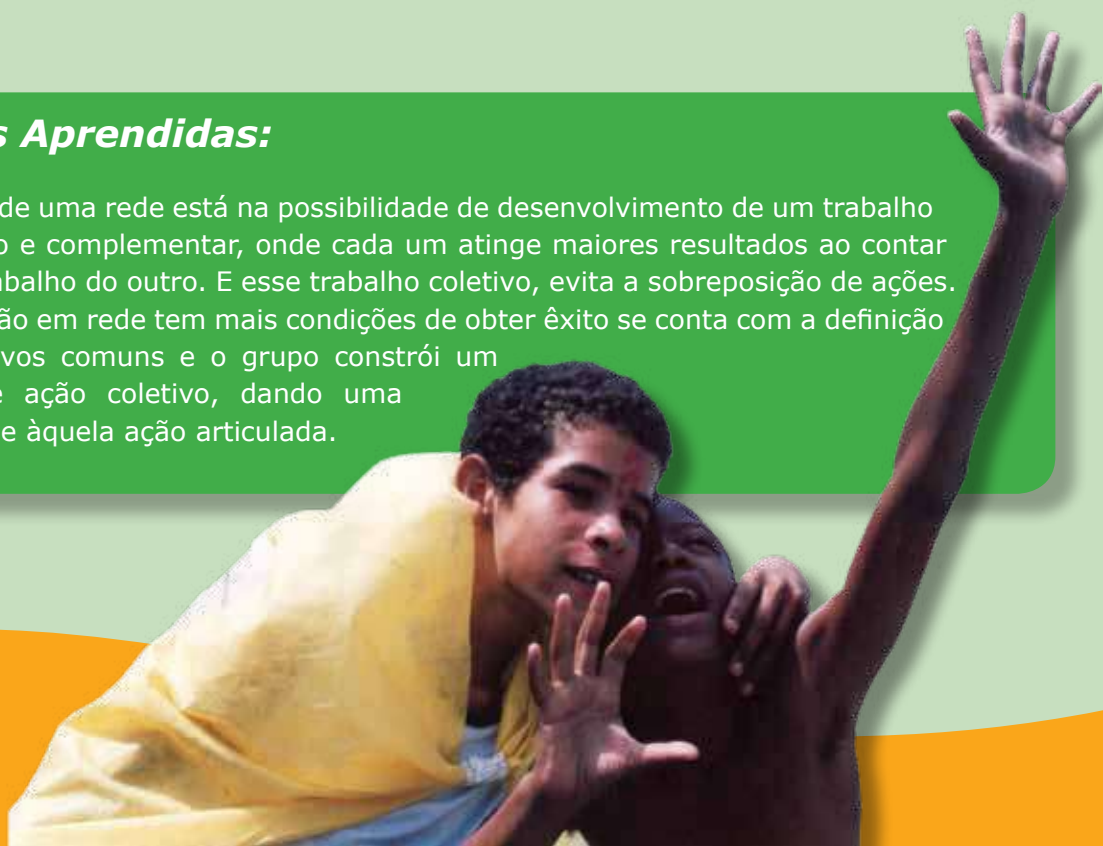
A articulação inicial da Rede Rio Criança teve como referência a experiência da Rede Amiga da Criança, que já existia em São Luis do Maranhão. A exemplo do que foi implementado pela Rede Amiga, na articulação da Rede Rio Criança, foram convidados a participar de sua constituição todos os atores que atuavam na área da infância e adolescência em situação de rua, tanto da instância governamental, como da sociedade civil, bem como o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) com o objetivo de facilitar o diálogo e as ações em rede.

A princípio, houve uma disponibilidade de atores governamentais, não-governamentais

e do CMDCA para a construção de um trabalho em conjunto. Porém, na medida em que foram se acentuando as diferenças de concepções, principalmente, sobre formas de atendimento e intervenção, a parceria foi se tornando cada vez mais difícil. Além disso, nesse processo, com a mudança de gestão na assistência social do município, toda uma estrutura de atendimento à crianças e adolescentes que era desenvolvida foi desmontada. Assim, nas reuniões da Rede, apenas os educadores governamentais compareciam, com total ausência dos gestores, impossibilitando um planejamento mais macro das ações.

O que melhor ilustra a desestabilização da parceria era a abordagem de rua. Em algumas ocasiões, até foi possível

agir conjuntamente e alcançar resultados importantes, porém, ocorreram várias ações isoladas, principalmente por parte da Prefeitura, como as operações de recolhimento compulsório da população em situação de rua, que eram planejadas em sigilo. Nesses momentos, a atuação em rede era de confronto entre estado e sociedade civil. As ONGs tinham que



se articular em caráter de emergência e comparecer rapidamente no cenário onde se dava o recolhimento, para tentar evitar as inúmeras violações de direitos, comuns nessas operações, como a forma agressiva com que as pessoas eram “recolhidas” e jogadas nos ônibus e kombis, além de tentar evitar a destruição dos pertences das pessoas que eram jogados nos caminhões de lixo que acompanhavam a operação, designada oficialmente como “Cata-Tra-lha”. Outras operações foram batizadas na mesma linha de intervenção, como Zona Sul Legal, CopaBacana, Turismo Seguro, IpaBacana e, com o atual governo municipal (2009), “Choque de Ordem”.

O tecido dessa relação foi esgarçando de tal forma que em 2004, quando ocorreu a Plenária dos Meninos e Meninas de Rua, organizada pela 1ª Vara da Infância e Juventude, Rede Rio Criança e IBISS, onde participaram várias autoridades do Judiciário e do Poder Público, uma série de denúncias foram feitas pelos meninos: contra a ação violenta do Poder Público durante os recolhimentos; e contra os maus tratos oferecidos nas unidades de internação e semi-liberdade do DEGASE. O documento produzido foi o *“Manifesto dos Meninos e Meninas em Situação de Rua da Cidade do RJ”*, que foi impresso e divulgado para o

grande público, fazendo com que o governo do Estado, representado pela Fundação da Infância e Adolescência (FIA), se retirasse da Rede Rio Criança, alegando que não poderia fazer parte de uma rede na qual eram feitas uma série de denúncias públicas contra um de seus membros.

No ano seguinte, com a continuidade das sucessivas operações de recolhimento executadas pela Prefeitura do Rio, a Rede concluiu que não havia mais possibilidade de parceria e convidou a SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) a se retirar desta articulação. Durante esta mesma época, em que se revia a questão da participação governamental na Rede, tivemos uma ampla discussão referente à participação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) como membro da Rede. Nesse momento, chegamos à conclusão que não era o CMDCA que deveria fazer parte da Rede Rio Criança, mas sim a Rede estar lá no Conselho, contribuindo com o seu fortalecimento.

A Rede se manteve desde então como uma articulação de ONGs, não deixando, contudo, de estabelecer parcerias com órgãos governamentais, enquanto parceiros estratégicos, quando os mesmos não viriam a ferir princípios e concepções da Rede.

Lições Aprendidas:

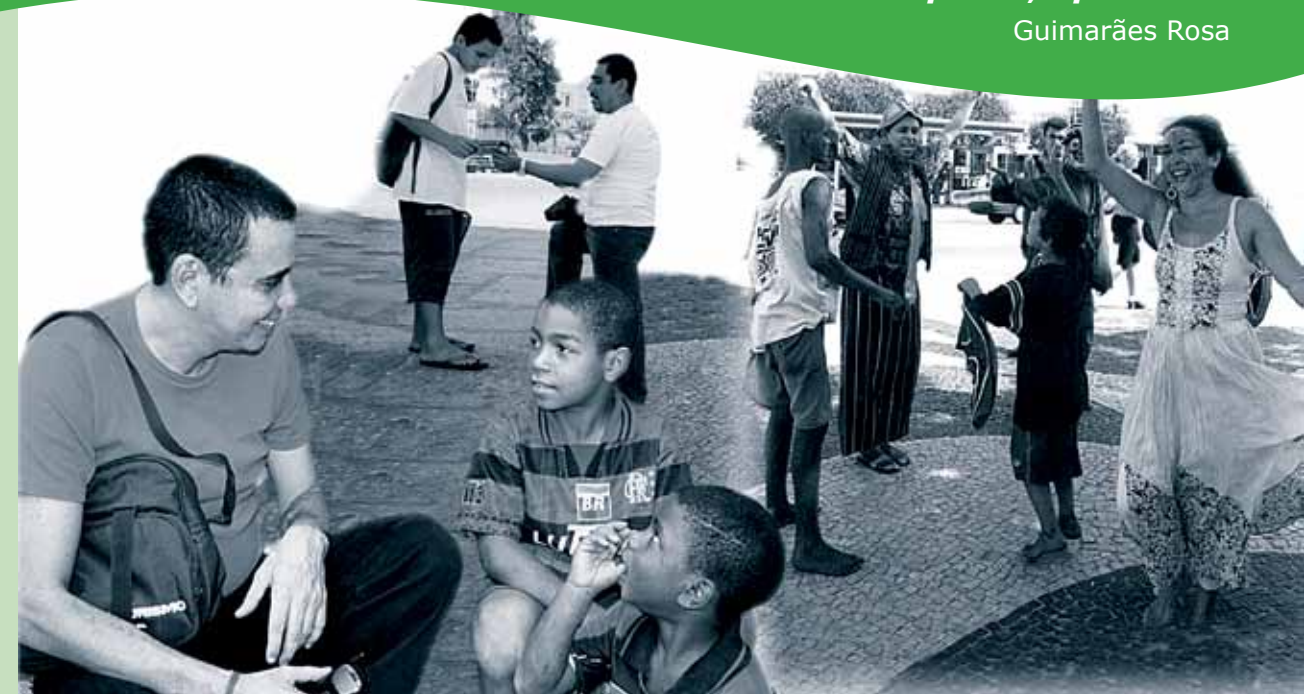
- É importante que as ações em rede para promoção de políticas públicas agreguem Governo e Sociedade Civil. Contudo, é fundamental que haja unidade nos princípios e concepções como base dessas ações. O contexto é que irá determinar qual a forma e a intensidade com que se dará essa parceria.
- Uma experiência muito exitosa em um determinado contexto, pode não sê-lo em outro. É muito importante poder utilizar como referência as boas experiências construídas por outros atores, mas tendo a sabedoria de “adequá-la” à sua realidade.
- O fato de uma experiência dar certo em uma determinada localidade e não dar em outra, não quer dizer que uma experiência seja melhor que a outra. Apenas que não existe “receita de sucesso” nas ações sociais. Diferentes aspectos as determinam e são determinados por elas.
- Na construção de um trabalho em rede, parcerias e negociações com o governo devem ser estabelecidas, mas não necessariamente tendo-o como membro da Rede.

Abordagens de rua coletivas: quando a sinergia da Rede tece a força do trabalho em grupo

Atayde Bezerra

“Mestre não é quem ensina, mas aquele que de repente, aprende.”

Guimarães Rosa



Diferentes abordagens de rua das Instituições da Rede

O ano de 2003 começou com o clima quente. Governo Municipal, Poder Judiciário e a Polícia Militar sendo pressionados pela sociedade e pela mídia para responderem quanto à onda de assaltos, de venda e consumo abusivo de entorpecentes e da permanência de moradores de rua na cidade. Inevitavelmente, por não ter uma política clara de atendimento para a população em situação de rua, iniciou-se o jogo de empurra onde um agente público jogava o problema para o outro.

Enquanto isso, no bairro da Lapa, cartão postal da cidade, a população de rua crescia de forma que incomodava os moradores não só pelos atos ilícitos, mas principalmente pela diversidade na faixa etária. Famílias inteiras faziam parte dessa convivência, com crianças a partir de dois meses de idade, meninos, meninas, jovens mães, mulheres senhoras, egressos do sistema prisional e jovens em descumprimento de medidas socioeducativas.

Pressionada pelo Ministério Público a dar uma resposta ao caso, a Secretaria Municipal de Assistência Social, juntamente com a PM e o Conselho Tutelar, propuseram uma

intervenção no local. Chamaram a ação de “Lapa Limpa”, onde objetivaram identificar, recolher, autuar ou abrigar aquelas pessoas. No dia marcado para a ação, todos foram pegos de surpresa. A intervenção foi muito truculenta, pois a primeira coisa a ser feita seria retirar as crianças pequenas e as de colo para depois agirem com os demais.

As jovens mães ficaram desesperadas com a possibilidade de perderem seus filhos e agarravam-se aos seus corpos enquanto eram puxados para dentro do veículo da Prefeitura. As outras pessoas do grupo atônitas com a situação armavam-se de pedras, paus, garrafas para reagirem contra a ação. Neste dia algumas pessoas foram detidas, outras conseguiram escapar durante o alvo-roço, contudo a maioria vendo que não havia jeito de livrar-se da situação resolveu acompanhar as equipes do CT e da Prefeitura.

Esse relato é fruto da experiência de um conjunto de instituições da Rede Rio Criança, que uniu-se frente à situação de violência e arbitrariedade do Poder Público do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2003, para fazer uma intervenção coletiva junto à

população em situação de rua no bairro da Lapa. A resposta da Rede nesse processo se dava por duas vias: a ação política, de denúncia e mobilização, e a construção de um trabalho alternativo junto àqueles jovens.

Em relação ao trabalho de ação direta com as crianças, adolescentes e jovens após o fato ocorrido na Lapa, a Rede Rio Criança se propôs a desenvolver um outro tipo de intervenção com aquele mesmo grupo, ou pelo menos com o que restou dele. Desta vez buscou dentro da sinergia da Rede as potencialidades existentes em cada instituição. Diferente do primeiro grupo, nós partimos para uma intervenção sob a ótica do respeito à condição humana abordando cada membro com o olhar voltado para suas necessidades.

O conjunto de instituições, independente da área da cidade em que atuava, se uniu e construiu uma proposta de abordagem coletiva daquele grupo, na perspectiva de resgatar um pouco da cidadania negada àqueles pessoas. Daí nasceu uma experiência muito rica na Rede, de realização de abordagens de rua coletivas, que eram planejadas e desenvolvidas em conjunto por educadores de diferentes instituições da Rede, em diferentes localidades. Cada instituição trazia suas expertises e assim, o trabalho com as crianças e adolescentes se qualificava.

Abordagens coletivas foram feitas como forma de integrar metodologias e de mobilização contra as operações de recolhimento na Lapa, na Tijuca e em Copacabana. Na oportunidade, era também feito um trabalho junto à comunidade local, envolvendo educadores e meninos, com apresentações



Abordagem coletiva no túnel Novo, em Copacabana

artísticas e culturais, ocupando os espaços públicos e conseguindo assim uma forma alternativa de interlocução com a sociedade. Uma das experiências com mais sucesso foi a abordagem/mobilização coletiva feita em resposta à operação "CopaBacana", que aglutinou instituições que fazem abordagem, atividades culturais e os Centros de Defesa. Como resultado, houve uma aproximação com os frequentadores da Praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana, e os meninos/as puderam voltar a frequentar o local.

Nesse caminho, vivemos muitos encontros e desencontros. As diferenças e divergências apareceram, e tiveram que ser debatidas no grupo. Mas também, essa experiência possibilitou que cada um conhecesse "ao vivo e a cores" o trabalho do outro e aprendesse com isso. Além disso, os laços de cooperação e solidariedade se fortaleceram, fazendo com que o "tecido" dessa rede se tornasse mais forte.

Lições Aprendidas:

- Em alguns momentos, a adversidade pode se transformar em oportunidade. Ao ter que enfrentar o grande desafio de uma forte violação de direitos das crianças e adolescentes, a Rede Rio Criança fez daí surgir uma nova forma de intervenção, as abordagens coletivas.
- Os laços das Instituições se fortalecem efetivamente se elas podem construir ações conjuntas. É no desafio de trabalhar em conjunto que se pode aprender a lidar com as diferenças e ter a oportunidade de aprender com o outro.
- Se não estivéssemos em rede as dificuldades a serem enfrentadas por cada instituição isoladamente seria muito maior, ao ter que lidar em uma conjuntura muito adversa.

FÓRUM DE MENINOS E MENINAS



A experiência de construção do Fórum de Meninos e Meninas da Rede Rio Criança

Márcia Gatto



"É muito importante sabermos os resultados do Fórum de Meninos. Ele acontece com um objetivo, mas quais são os resultados? Eu voltei para casa há quatro meses porque participei do Fórum e do Seminário Pan Criança. Poxa, quando eu me vi sentada naquela Mesa, eu pensei que eu não conseguiria falar. Eu me vi ali no meio de tanta gente bem vestida, estudada..."

Aí eu olhei pra mim... Mas eu vi que aquelas pessoas estavam ali esperando que eu falasse. Então eu percebi que eu não sou nem pior, nem melhor que eles, eu sou igual a eles. Foi através dali que eu vi o meu valor. Acho muito bom esse resultado. Não pretendo mais voltar pra rua, não uso mais droga. O Fórum tem muito valor! Eu mudei e quero estar passando isso para os meninos que estão na rua. Às vezes eu olho pra mim e não acredito que eu também fui assim, que também passei por isso... Eu vivi mais na rua do que em casa e conheço mais meninos de rua do que meus parentes..."

(Aline Travassos, 18 anos (em 2007). Atualmente Auxiliar de Educador)

Falar sobre o Fórum de Meninos e Meninas é descrever um dos momentos mais fecundos da Rede Rio Criança. Destes que dá combustível, refaz as energias e faz com que não desistamos do caminho. O Fórum de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua da Rede Rio Criança é um espaço político-lúdico-pedagógico de formação e organização da garotada, mas também de muita criatividade. É no Fórum de Meninos/as que observamos toda a capilaridade e diversidade metodológica da Rede, é onde também vemos aglutinar modelos de intervenção complementares das Instituições da Rede Rio Criança.

madamente 60 meninos e meninas que se encontravam em situação de rua e 20 educadores de várias instituições de atendimento do Rio de Janeiro, integrantes da Rede Rio Criança.

Desde a sua constituição, o Fórum de Meninos/as teve como pressuposto dar voz às crianças e adolescentes em situação de rua, visando contribuir com a implementação e efetivação de políticas públicas que atendam às suas reais necessidades, estabelecendo um processo de participação ativa desses sujeitos, promovendo a sua auto-organização e busca de autonomia. Em 2009, um dos melhores resultados foi a contribuição destes jovens na análise e formulação de propostas para a *Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*, deliberada pelo CMDCA Rio em meados daquele mesmo ano.

A metodologia é desenvolvida de forma participativa e processual, entendendo as crianças e adolescentes enquanto sujei-



tos de direitos, respeitando o processo de desenvolvimento de cada um. O Fórum de Meninos/as é um espaço representativo, de participação social, no qual as crianças e adolescentes exercitam sua cidadania, ampliam sua criticidade, discutem, trocam informações e refletem sobre sua realidade, necessidades, sonhos, desejos, dentro de uma perspectiva de contribuir com a busca de alternativas à vida nas ruas e de superação de suas dificuldades. Tudo isto feito de forma lúdica, através de oficinas artístico-culturais e de comunicação, dentre outras, trabalhando temáticas de interesse desses jovens, e despertando para outras também importantes e fundamentais para o processo de transformação. O processo metodológico foi trazido por alguns educadores com base no método anteriormente adotado pelo



O processo metodológico é o seguinte:

- 1. Abordagem de rua** – É a base do trabalho de atendimento com as crianças e adolescentes em situação de rua. É feita de forma processual, envolvendo o mapeamento da região, identificação e encaminhamento das demandas dos meninos/as, estabelecimento de vínculos de confiança e afetivos entre os educadores e meninos/as. Este processo é feito por Educadores Sociais das instituições da Rede, em suas áreas de atuação, contribuindo também com a sensibilização e mobilização dos meninos e meninas para os Fóruns.
- 2. Reuniões de planejamento e organização do Fórum** – Se realizam no Fórum de Ações Articuladas / GT de Articulação da Abordagem de rua, que articula todas as Instituições da RRC que tem ação direta com os meninos e meninas para organização do Fórum de Meninos. Participam das reuniões os educadores e uma comissão de jovens.
- 3. Fórum de Meninos/as** - Organizado a partir de temas escolhidos pelos meninos/as, bem como de interesse e demanda do contexto.
- 4. Oficinas Pedagógicas** - São realizadas no Fórum pelos Educadores, desenvolvidas dentro da temática escolhida: Teatro, Música, Capoeira, Griôts - Contador de histórias, Desenho, Rádio, Cidadania, etc.

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, quando do projeto de formação e organização de meninos para os Encontros Municipais, Estaduais e Nacional de Meninos/as de Rua, posteriormente sendo adaptada de acordo com a dinâmica da Rede.

No âmbito interno da Rede abriu-se uma série de debates e reflexões sobre as diferenças de concepção entre "Encontro de Meninos" e "Fórum de Meninos", e também quanto às formas e tipos de participação nestes espaços, entendendo que um "encontro" é mais pontual e sua dinâmica é mais leve e lúdica, mas que um "fórum" se propõe a construir um processo e, por este ter um caráter político de organização, o público privilegiado são os adolescentes e jovens. A participação dos meninos/as neste espaço, que é deles, trouxe muitas respostas positivas, dentre elas uma maior conscientização sobre seus direitos, o envolvimento destes na organização dos fóruns, a participação da meninada em eventos da Rede, como seminários, atos públicos, destacando a participação de alguns destes jovens como palestrantes no *Seminário PAN Criança*¹, no lançamento da *Pesquisa de Mapeamento das ONGs que atuam com crianças e adolescentes em situação de rua*, no *Seminário* que comemorou os *18 Anos do ECA*, na análise das diretrizes da *Política de Rua* e apresentação de propostas para a mesma, dentre outros.



1. Seminário organizado pela Rede em paralelo aos Jogos Panamericanos, realizados no Rio de Janeiro, em 2007.



Club Med - Mesa dos Jovens, 2004

2004

Coordenado pela I Vara da Infância e Juventude, Rede Rio Criança e IBISS, o *Encontro de Meninos/as de rua no Club Méd - A Convenção do Avesso & O Avesso da Convenção*, foi realizado nos dias: 05 e 06 de maio de 2004, no Clube Mediterranê – Mangaratiba-RJ, quando participaram 30 meninos/as, educadores e técnicos das Instituições envolvidas. Para a realização do Encontro foram feitas várias reuniões de planejamento e organização, quando foram discutidas a concepção do encontro, proposta metodológica, programação e a participação das Instituições e dos meninos e meninas.

Violência policial, drogas, falta de retaguardas, ineficiência dos abrigos, fome, preconceito e discriminação da sociedade, alternativas de sobrevivência, abandono e violência

a que estão expostos nas ruas. Estes foram os principais temas destacados pelos jovens presentes ao Encontro, que teve como resultado o *Manifesto das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua da cidade do Rio de Janeiro*, elaborado pelos meninos e meninas e apresentado para uma Plenária de autoridades no 2º dia do Encontro, contendo

denúncias sobre violências sofridas por eles nas ruas e em Instituições do Governo (especialmente no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE). Este manifesto, por iniciativa da Rede Rio Criança foi publicado em forma de cartaz (em anexo), com o objetivo de publicizar as denúncias feitas pelos meninos/as. A publicação do Manifesto na Internet gerou uma denúncia do Ministério Público contra a organização Childhope Brasil, na pessoa do Sr. Jorge Barros (então Diretor da Instituição), por parte do diretor geral do DEGASE. O caso também teve repercussão na FIA (Fundação da Infância e Adolescência), ligada ao Governo do Estado do RJ, que se retirou da Rede.

Importante destacar que houve uma grande discussão interna na Rede so-



nas pedagógicas e culturais. Os pré-encontros foram realizados durante a tarde e o Fórum numa manhã e tarde.

2006

Foram realizados 02 Fóruns de Meninos/as. O primeiro com o tema da *Copa do Mundo* aconteceu no dia 21 de junho, na Associação Beneficente São

Martinho. Participaram cerca de 50 meninos/as e educadores. O Fórum começou com uma mostra de vídeo, seguido das oficinas de Cultura, Geografia e Racismo. O encerramento foi com uma boa e disputada partida de futebol.

O 2º Fórum de 2006 foi realizado em setembro, na Casa de Acolhida do Catete, quando participaram cerca de 30 jovens em situação de rua levados pelas Instituições da Rede.

O fortalecimento do Fórum de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua foi aos poucos garantindo a participação dos jovens nas reuniões de planejamento e organização dos Fóruns, sobretudo em 2007, nos espaços de participação interna e de eventos promovidos pela Rede Rio Criança (Fórum de Meninos, Seminários, Mobilizações nos Aniversários do ECA, Passeatas, Campanha contra a redução da maioridade penal, Homenagem à Rede no Dia Internacional dos Direitos Humanos, na ALERJ, etc.). Com isso, um plano de formação continuada das crianças e adolescentes em situação de rua foi sendo implementado, com participação ativa dos meninos/as, aglutinando modelos de intervenção complementares das Instituições da Rede.

2007

Foram realizados 03 Fóruns de Meninos/as a partir do segundo semestre. Neste ano houve uma ampliação do número de participantes, chegando a uma média de 60 a 70 jovens por Fórum, acompanhados pelos

bre a participação ou não desta no Encontro no Clube Med, por ser este um lugar de acesso da elite, totalmente fora das possibilidades deste público, muito distante de sua realidade. Após muitos debates, concluímos que, mesmo distante de sua realidade, os meninos teriam o direito de conhecer e se apropriarem das benesses que um Clube deste porte tem, mesmo sendo por apenas 02 dias. E assim o foi. Os jovens aproveitaram cada minuto. Fizeram uma série de atividades esportivas (canoagem, esqui-aquático, arco e flecha, academia de ginástica, vôlei, futebol) comeram camarão, lagosta, mas também um bom arroz com feijão. O ponto alto foram os quartos que, pelo conforto e segurança, era difícil tirá-los de lá!

2005

Em 2005, após um período de refluxo, o Fórum de Meninos/as foi rearticulado. Neste ano, os Educadores das Instituições da Rede Rio Criança fizeram profundas discussões sobre a concepção e metodologia adequada para a realização dos Fóruns. O que é? Qual o objetivo? Como desenvolver? Qual o melhor processo? Quem e como participar? Deste processo participaram, principalmente, as Instituições que tem ação direta nas ruas com os meninos e com famílias, bem como os Centros de Defesa.

Foram organizados 03 Pré-encontros, quando foram tirados pelos jovens temas de seu interesse – violência, preconceito, gravidez na adolescência, DST/AIDS, dentre outros - a serem discutidos nos Fóruns. A dinâmica foi feita através de vídeos e ofici-

Educadores das Instituições da Rede Rio Criança.

Em julho aconteceu o Fórum de tema *Criminalização da Pobreza*. As atividades começaram às 9:30h com o café da manhã,

e terminaram às 16:00h. Tema de muita repercussão, a sistematização de algumas falas dos jovens sobre esta temática foi a seguinte:

Ser pobre é crime? O Que você pensa a respeito da criminalização da pobreza?

"Hoje em dia a gente tem que saber ser civilizado. Pobreza não é crime, todos precisam de uma segunda chance. Precisamos ter força de vontade para achar um objetivo. Precisamos ter dinheiro, que se consegue com trabalho, que se consegue com estudo, mas não tem estudo para todo mundo, precisamos ter humildade".

"Ser pobre não é crime. Pobre precisa de trabalho. Rico tem dinheiro. Não tem vaga nas escolas para todas as crianças pobres. Algumas crianças têm que ir com as mães que trabalham nas ruas vendendo doces. Têm algumas que até dormem na rua com as crianças. A polícia quando pega, prende elas que trabalham na rua, porque não têm emprego e vai presa por causa disso".

"No Brasil a justiça só vale para os pobres, por isso só pobre vai preso".

"Injustiça! Abuso! Falta de reconhecimento dos governantes em botar os direitos dos pobres em prática".

"A gente vale pelo que é visto: criminalidade, roubos, tráfico. Quando na verdade a gente vê essa realidade quando parece que todo mundo é, mas não somos do crime. Somos pessoas como todas as outras, com direitos humanos que devem ser respeitados".

"Amo a vida, mas a morte me paquera. Peço a Deus que me abençoe e a meus 4 filhos, e que mê de uma casa para eu sair das ruas. Valeu!"

"Quem vai pra rua é porque não tem outra opção e, se sai dela, se tem uma".

"Não estamos na rua porque queremos. Nós, pobres, temos direitos às leis do ECA, é importante."

O 2º Fórum de Meninos/as de 2007 aconteceu em setembro, de tema *Prazer em Viver, vivendo com prazer*, que discutiu as DST / AIDS. Iniciou-se às 10H e terminou às 17H, no Se Essa Rua Fosse Minha. Para a discussão dessa temática, foram organizadas 03 oficinas: DST / AIDS – Camisinha na cabeça (Cabeleireiro Afro), Drogas e Discriminação. Ao final tivemos um desfile com prêmio para os melhores penteados

da Oficina "Camisinha na cabeça".

O 3º Fórum de Meninos/as de 2007 foi realizado em novembro, mês comemorativo da "Consciência Negra". Tema abordado: *Discriminação e Etnia*. Por ser o último Fórum daquele ano, tivemos a preocupação de não perdermos a memória dos Fóruns anteriores e deixar um gostinho de "quero mais", por isso a programação contou com Mostra de Fotos e depoimentos de 02 jo-



Concurso Camisinha na cabeça

vens, encerrando com uma festa dançante e confraternização. As oficinas desenvolvidas foram: Rádio, Teatro e Desenho.

2008

No período (1º semestre) foram realizados 03 Fóruns de Meninos/as, com um público variando de 60 a 100 pessoas por Fórum (uma média de 05 meninos/as por Instituição da Rede), sendo 85% destes crianças e adolescentes e 15% educadores. A temática base dos Fóruns foram os 18 Anos do ECA, tema desenvolvido através de oficinas de cidadania, teatro, música, hip-hop, comunica-



ção e artes. Vários temas foram trabalhados e tivemos a chance de discutir mais de perto artigos chave do ECA.

2009

No ano de 2009 foram realizados 04 Fóruns de Meninos/as da Rede Rio Criança. A média de participação foi de 70 meninos/as por Fórum. É interessante contextualizarmos um pouquinho cada um destes Fóruns, destacando a dinâmica da Rede neste ano. Pudemos observar que com o tempo e certa sistemática na organização dos Fóruns, os ótimos resultados que tivemos em 2009 deu-se pelas Instituições da Rede terem incorporado esta atividade em suas agendas e os Educadores já dominarem e sentirem-se familiarizados com todo o processo. Procuramos realizar os Fóruns com as mesmas temáticas dos Colóquios da Rede Rio Criança daquele ano, sempre tendo como eixo transversal a "situação de rua".

Educação foi o tema do 1º Fórum de Meninos/as de 2009, realizado no dia 07 de abril, das 9H às 16H, no Museu de Ciências da Terra, na Urca – RJ. Este Fórum foi muito importante, pois teve como principal objetivo a análise e a definição de propostas de diretrizes para a *Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua* (Política de Rua). As oficinas realizadas foram de Capoeira, Música, Griôts – Contador de Histórias, Desenho, Teatro e Poesia.

As contribuições do Fórum de Meninos da Rede Rio Criança foram consideradas na Política de Rua. São elas:

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC)

1. A pessoa possa atender mais rápido as crianças e adolescentes em situação de rua.
2. Distribuição de mais remédios nos hospitais.
3. Tem que ter mais respeito pelas pessoas de rua.
4. As pessoas de rua precisam ter seus direitos iguais a qualquer um.

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL)

1. Todas as crianças e adolescentes têm que praticar esportes.
2. Não deve existir um atendimento exclusivo para crianças e adolescentes em situação de rua. Elas devem se misturar com outros grupos.
3. As famílias devem também participar das atividades esportivas.

Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)

1. Os abrigos para adolescentes devem ser ampliados em 50% em 02 anos.
2. Deve ampliar em, pelo menos, 01 abrigo para crianças e 01 abrigo para adolescentes em cada área programática.
3. Deve ampliar em, pelo menos, 01 abrigo para as famílias em cada área programática.
4. Criação de Repúblicas para jovens.
5. Deve-se criar Casas de Acolhida e Centros de Convivência para crianças e adolescentes.

Secretaria Especial de Dependência Química

1. Criação de um grupo de adolescentes que já passaram pela experiência de estar na rua, e hoje possa estar falando para os que ainda estão.
2. Criação de Centros de Tratamento para drogadição.

Secretaria Municipal de Educação (SME)

1. Ampliar e melhorar o acesso das crianças e adolescentes em situação de rua nas escolas.
2. Melhorar as relações de convívio em toda comunidade escolar (discriminação / estigma).
3. Facilitar o deslocamento para a escola.
4. Aproximar os conteúdos à realidade das crianças e adolescentes (metodologia inadequada).
5. Trabalhar a dificuldade de concentração devido ao uso de drogas (drogadição).
6. Ampliar e priorizar vagas em creches para filhos de jovens em situação de rua.

Música composta pelos meninos, que fala do Estatuto e do Direito à Educação:

*"Educação é Direito
É meu direito estudar
Para que eu seja feliz
Não ter dinheiro não dá
Faz parte da cidadania
Lazer, Cultura, Trabalho,
Esporte e Arte todo o dia."*



O Sistema Nacional de Atendimento Socio-Educativo (SINASE) foi o tema do 2º Fórum de Meninos/as de 2009, realizado no dia 29 de julho, na Universidade Veiga de Almeida. Considerando que alguns dos adolescentes e jovens em situação de rua tiveram passagem pelo Sistema e, se isto acontece, consideramos que é porque todos os direitos destes meninos foram anteriormente violados, achamos importante trazer esta questão à discussão. Para introduzir o tema foi feita uma mostra do vídeo "Brasil 8.069", que aborda a questão dos jovens que estão em cumprimento de medida de internação nas dependências do DEGASE (Departamento Geral de Ações SocioEducativas). Oficinas desenvolvidas: Capoeira, Música, Teatro e Estética do Oprimido.

O 3º Fórum de Meninos/as teve como tema "Prazer em Viver, vivendo com prazer". Foi uma realização da Rede Rio Criança em parceria com o GT Crianças, Jovens-Rua



AIDS, um GT formado por Instituições da Rede e Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, contando também com o apoio do UNICEF. Aconteceu no dia 27 de agosto, na Lona Cultural do Crescer e Viver. Novamente é trazida a temática das DST / AIDS, sob a ótica da prevenção e promoção da saúde. O Fórum fez parte da Jornada Crianças, Jovens - Rua / AIDS que, ao segundo dia, reuniu representantes do Fórum de Meninos/as à Mesa do Seminário com representantes do Executivo Municipal, Estadual e Nacional (Secretarias de Saúde, Assistência, Cultura, Educação e Departamento Nacional de DST/AIDS) e do CMDCA para discutirem sobre sua realidade, denunciar violações de direitos e apresentarem propostas.



O 4º e último Fórum de Meninos/as de 2009 da Rede Rio Criança teve como proposta ser um encontro de lazer e confraternização. Escolhemos fazer um passeio ao Zoológico, na Quinta da Boa Vista, e depois um belo e gostoso almoço no Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestina, popularmente conhecido como "Feira dos Paraíbas". Foi um dia muito feliz e representativo para

os meninos e meninas que, em sua grande maioria, nunca tinham ido a um Jardim Zoológico e nem tão pouco experimentado comida nordestina. Por isso, a expectativa era grande. A visita ao Zoológico foi maravilhosa, marcada por gritos de espanto e surpresa, correria e contemplação em ver cada um dos animais. Todos, até os educadores, viraram criança. Tivemos a oportunidade de trabalhar a questão “do que nos prende e o que nos liberta”, da preservação das espécies e da falta de consciência do homem quando retira os animais de seu habitat e os coloca em Zoológicos.

Terminada a visita, nos quase 40 graus no RJ, partimos exaustos para o Centro Luiz Gonzaga. Houve um pouco de discriminação e preconceito de alguns meninos quanto à comida nordestina. Diziam que não queriam comer farinha, que não era comida boa, etc. Na verdade desconheciam, pois nunca antes haviam experimentado. Também nunca tinham entrado e sentado às mesas como qualquer cidadão naquele local. Ali, centro do bairro de São Cristóvão, tem sido cenário de sucessivas operações de “choque de or-

dem”, e os meninos/as em situação de rua são uma das suas maiores vítimas. Quando todos se sentaram no restaurante “Mandararu”, foram servidas as tábuas com a carne de sol, frango, lingüiça, batata e aipim frito, arroz de corda, feijão tropeiro e outras delícias mais. Quando experimentaram, os preconceitos se diluíram e comeram de se lambuzar. Até se vestiram de cangaceiros e tocadores de berrante. Aqui pudemos trabalhar a questão da diversidade cultural e do respeito às diferenças.

Importante ressaltar que todos adoraram o dia, cheio de atividades e afetos. Um dia, dito por alguns deles, “que nem me lembrei de usar drogas”. Fica sempre a vontade do próximo Fórum. Destacamos a seguir uma das músicas mais cantadas pelos meninos

e meninas nos Fóruns da Rede Rio Criança, que fala sobre o “crack” – um tipo de droga psicoativa. Chama-se “Pedra do Mal” e foi composta por George Paixão, Educador da São Martinho, com a colaboração de outros 02 Educadores: Walter Luiz (Macumba) e Luis Carlos.



Pedra do Mal

(George Paixão, Macumba e Luis Carlos)

*A pedra da tristeza
A pedra do mal
A pedra que mata
E às vezes leva ao hospital
A pedra que rola por cima das vidas
Nos morros, nas cidades
Nas ruas e avenidas*

*Há uma pedra no meio do caminho
Mas que não é a pedra do poeta
Há uma pedra levando a morte às vidas
Há uma pedra fechando a porta aberta*

*A pedra é fria e calculista
Vicia à primeira vista*

*Zico joga bola
Pelé tá no ataque
É isso que eu conheço como craque.*

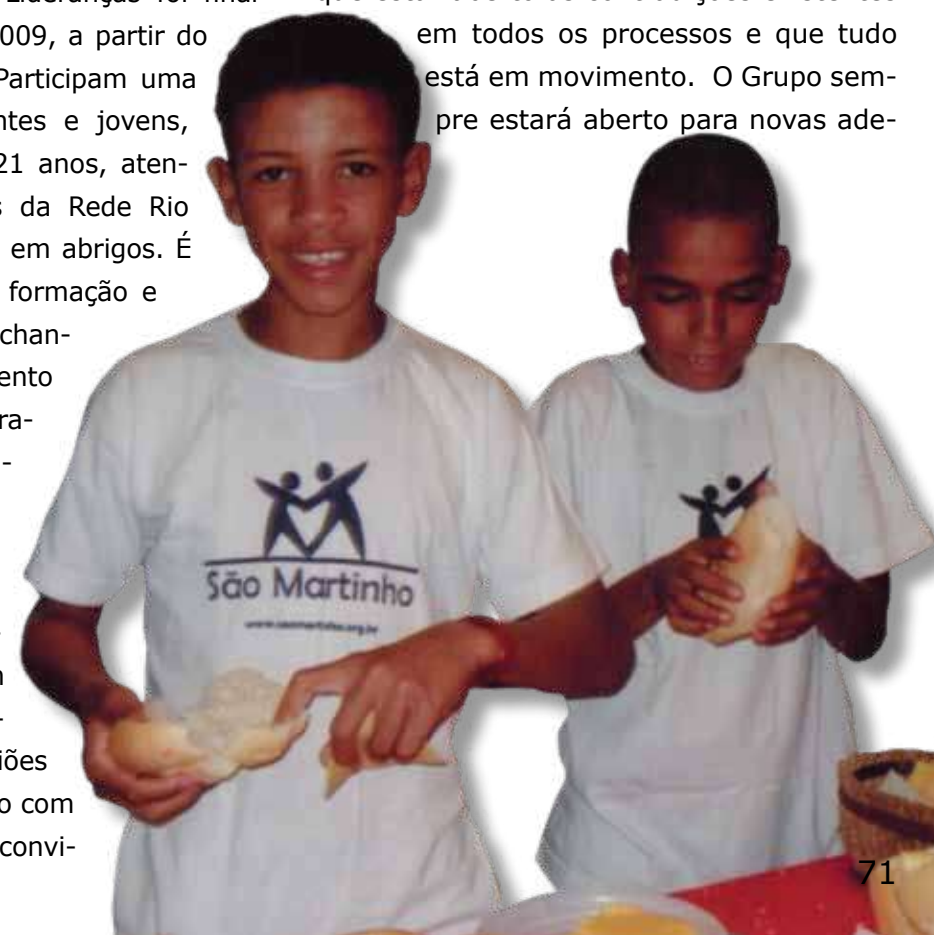
Jovens Lideranças

O Grupo de Jovens Lideranças foi finalmente constituído em 2009, a partir do Fórum de Meninos/as. Participam uma média de 15 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 21 anos, atendidos pelas Instituições da Rede Rio Criança, alguns deles já em abrigos. É também um espaço de formação e organização, mas com a chance de um aprofundamento maior dos temas, pois trabalhamos com um grupo menor e com mais maturidade. A proposta é que estes jovens possam atuar como multiplicadores e aumentem sua capacidade de participação social. As reuniões são mensais e, de acordo com o tema escolhido, são convi-

dados profissionais que dominam a temática para facilitar as reuniões do Grupo.

Toda a dinâmica do Grupo de Jovens Lideranças foi construída junto com os meninos/as. Na primeira reunião eles definiram a constância dos encontros e o melhor dia (no caso encontros mensais, sempre na primeira 6ª feira de cada mês). Também escolheram 37 temas de interesse a serem discutidos e aprofundados, dentre eles: Drogas, Violência, Preconceito, DST / AIDS, Redução de danos, Política, Liberdade, Namoro, Amizade, Violência Policial, Gênero, Tráfico, Educação, ECA, Medidas Socioeducativas, Discriminação, Amor, etc...

Desde a sua constituição, em abril de 2009, conseguimos realizar 05 reuniões com uma ótima participação e interação entre todos. O número pequeno de encontros deu-se, por um lado, pela dificuldade que muitas vezes temos no trabalho pela grande mobilidade dos meninos que se encontram nas ruas e, por outro lado, por alguns dos jovens que participavam terem começado cursos profissionalizantes. Entendemos que isto faz parte do processo e que deve haver uma maior flexibilidade quando trabalhamos com este público. Por isso o método não pode ser “fechado”, “cartesiano”, tem que estar aberto às contradições existentes em todos os processos e que tudo está em movimento. O Grupo sempre estará aberto para novas ade-





Oficina de Griôts

sões e também para aqueles que por algum motivo não puderam estar presentes às reuniões, porém expressam sincero interesse de participação.

Desde o primeiro encontro em 2003, a Rede Rio Criança procurou fazer do Fórum de Menino/as uma ação sistemática, visando o empoderamento dos jovens para que participem de forma mais efetiva dos espaços de organização da sociedade que tratam da temática da infância e juventude, como o CMDCA e Fórum DCA. No entanto, isto ainda é um desafio, até mesmo pela complexidade que envolve a situação de rua, onde a dinâmica é instável,

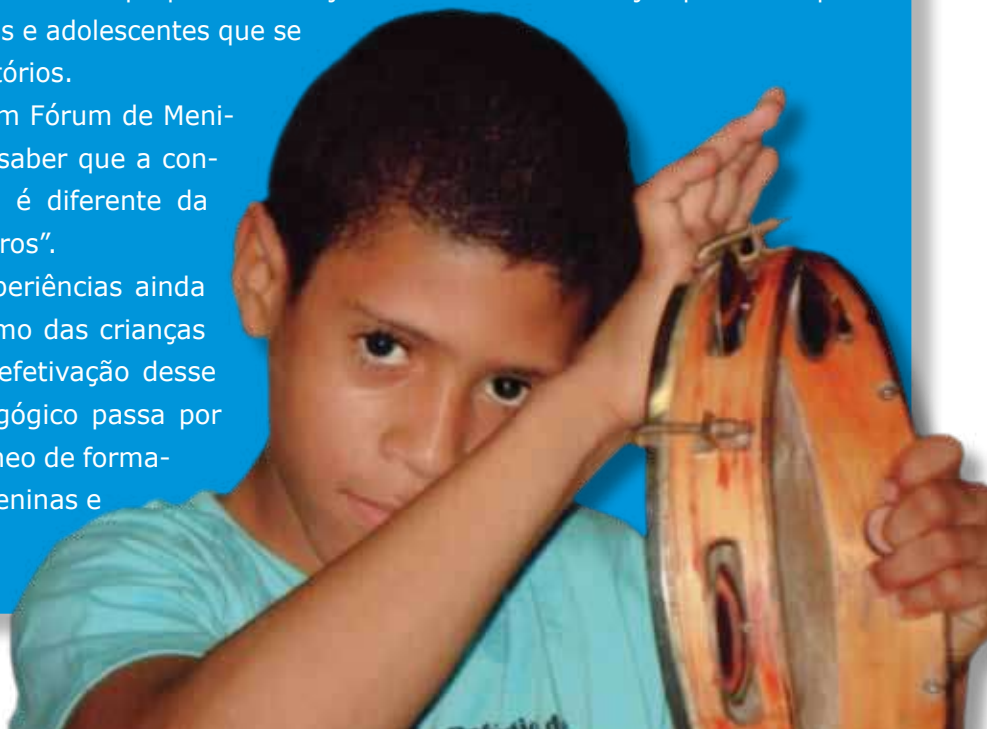
a necessidade de migração é freqüente e os jovens estão vulneráveis a uma série de situações. Mesmo diante deste contexto, a Rede teve avanços e conseguiu realizar vários encontros, com participação e constância significativa da meninada.

Apesar dos inúmeros esforços, os espaços de efetiva participação e controle social das crianças e adolescentes

ainda são poucos. Constituí-los demanda inúmeras aprendizagens, não só dos meninos, mas também de cada um de nós educadores, ao nos abirmos para "permitir" que as crianças e adolescentes sejam realmente sujeitos dos processos coletivos. Isto também nos demanda uma autocrítica da nossa condução dos processos. Contudo, o conjunto da Rede tem claro que para se construir uma sociedade em que as crianças e adolescentes sejam efetivamente sujeitos de direitos, é preciso investir na constituição de espaços para que eles possam falar por si próprios e apostar na sua participação. Basta ver as palavras de Aline!

Lições Aprendidas:

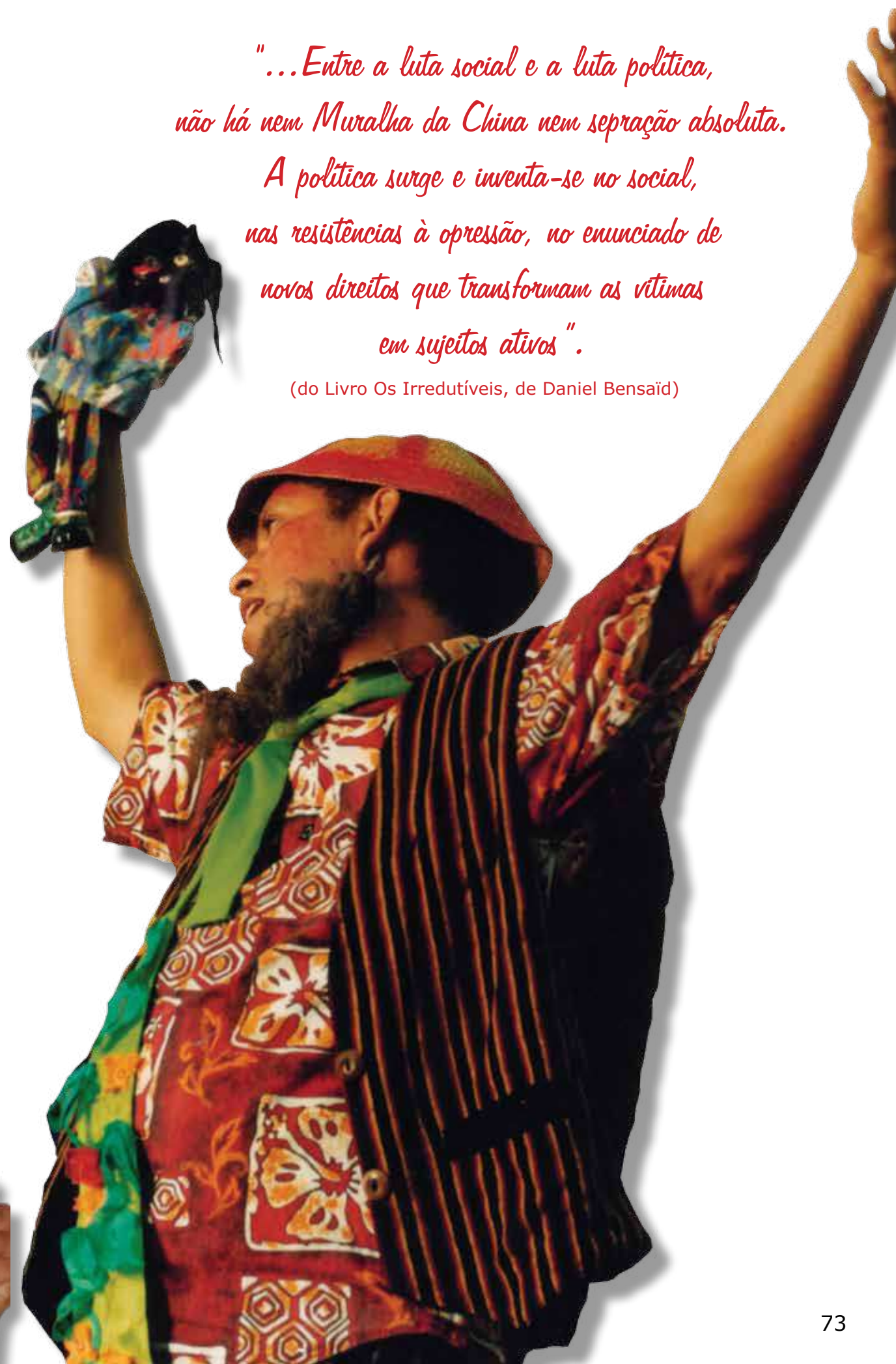
- Não é fácil manter uma sistemática na realização de encontros e fóruns com crianças e adolescentes em situação de rua. Temos que levar em conta o contexto em que eles estão inseridos, bem como o das próprias instituições. Mas essa é uma ação prioritária para trabalhos com crianças e adolescentes que se pretendam emancipatórios.
- Para se constituir um Fórum de Meninos/as é importante saber que a concepção deste espaço é diferente da realização de "encontros".
- Na maioria das experiências ainda há pouco protagonismo das crianças e adolescentes. E a efetivação desse avanço político-pedagógico passa por um processo simultâneo de formação dos meninos e meninas e dos profissionais.



"...Entre a luta social e a luta política, não há nem Muralha da China nem separação absoluta.

A política surge e inventa-se no social, nas resistências à opressão, no enunciado de novos direitos que transformam as vítimas em sujeitos ativos".

(do Livro Os Irredutíveis, de Daniel Bensaïd)



OS MENINOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Nós, crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, repudiamos toda e qualquer violência contra a infância e juventude que está em situação de rua.

Denunciamos e repudiamos a violência ocorrida nas últimas semanas na Lapa, onde guardas municipais nos acordaram a baixo de tapas, cacetetes e pontapés.

Denunciamos e repudiamos a política de limpeza exercida pelos recolhimentos do Estado e Prefeitura.

Denunciamos e repudiamos o Projeto Zona Sul Legal, que caçou-nos e violentou-nos como bichos ou bandidos, que serviu apenas para nos esculachar, violentar, maltratar e traumatizar.

Denunciamos o abuso exercido pelos agentes do DEGASE, que algemam, abusam sexualmente em troca de drogas e cigarro e, principalmente, o castigo do quarto escuro, no qual, há menos de um ano, uma menina se suicidou.

Denunciamos a falta de políticas e serviços para nos atender com respeito e dignidade.

Denunciamos e repudiamos as invasões violentas nas favelas pela polícia, que espanca, tortura e mata, destruindo a nossa esperança de vivermos na comunidade, fazendo com que a gente vá morar nas ruas.

Denunciamos e repudiamos a ação do Governo, através da polícia, na Rocinha, afugentando diversas crianças e adolescentes da comunidade para as ruas.

Denunciamos e repudiamos a ausência de Justiça, na grande maioria dos casos de desrespeito aos nossos direitos.

Denunciamos o caso do irmão de um adolescente aqui presente, que foi assassinado pela polícia, na Lapa, no ano passado, e o assassino ainda esta solto e barbarizando.

Reivindicamos que os nossos direitos sejam respeitados e que nossas denúncias sejam resolvidas e encaminhadas para as autoridades competentes.

Reivindicamos que os governantes e as autoridades adotem políticas públicas que realmente dêem certo para todas as crianças e adolescentes que estão nas ruas. E que essas políticas não abandonem jovens que cheguem a idade de 18 anos.

Agradecemos esta oportunidade e acreditamos no nosso direito de expressão, e que este possa ser o único e real instrumento de transformação das ações exercidas até aqui.

Muito Obrigado.



Elaboraram este Manifesto Jovens que participaram do Encontro de Meninos de Rua no Club Med, nos dias 05 e 06 de maio/2004, atendidos pelas seguintes Instituições: Rede Rio Criança, I Vara da Infância e Juventude e IBISS.

Rede Rio Criança — Av. General Justo, 27/518 Bl. B — CEP. 20021-130 • Centro • Rio de Janeiro
 Telefone: (21) 2240-0281 / 2240-2318 — Site: www.rederiocrianca.org.br • E-mail: rederiocrianca@rederiocrianca.org.br

Participantes da I Oficina de Capitalização da Experiência da RRC

NOME	INSTITUIÇÃO
Alexandre Bárbara Soares	CIESPI
Andrea Ianelli	ODH Projeto Legal
Antônio Futuro	Criança Rio
Atayde Bezerra	
Bruno Costa	AMAR
Carlos Bezerra	
Claudia Cabral	ABTH
Denise Couto Passos	Excola
Elizabeth Serra	Excola
Gláucia Brito	Tdh
Jaqueline Delatorre	ABTH
José Moacir Câmara Junior	Banco da Providência
Juliana Brunucelli	ODH Projeto Legal
Leandro Oliveira	Criança Rio
Márcia Castro	Fundação Bento Rubião
Márcia Gatto	Rede Rio Criança
Marília Teixeira Lopes	Se Essa Rua Fosse Minha
Mônica Alkmim	Se Essa Rua Fosse Minha
Mônica Cunha	
Nancy Nascimento	
Nilmara Pedroso	Excola
Regina Leão	Rede Rio Criança
Rívia Cunha	Excola
Sandra Fonseca	ABTH
Sebastião Bernardino	AMAR
Sidney Teles	Criança Rio
Vanda Orenha	
Vera Correia	Banco da Providência
Vanessa Leite	Assessoria RRC
Vinícius Anthero	

Participantes dos 02 Encontros de Capitalização

NOME	INSTITUIÇÃO
Claudia Cabral	ABTH
Elizabeth Serra	Excola
Jaqueline Delatorre	ABTH
Juliana Brunucelli	Projeto Legal
Marília Teixeira	Se Essa Rua Fosse Minha
Nilmara Pedroso	Excola
Regina Leão	Rede Rio Criança
Sandra Fonseca	ABTH
Vera Correia	Banco da Providência

Instituições que integram a Rede Rio Criança

ABTH – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS

Endereço: Av. General Justo, 275 – sala 518
Bloco B - Centro, RJ
CEP: 20021-130
E-mail: terradoshomens@terradoshomens.org.br
Site: www.terradoshomens.org.br
Tel: (21) 2524-1073

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO MARTINHO

Endereço: Rua do Riachuelo, 07 - Lapa, RJ
CEP: 20021-260
E-mail: saomartinho@saomartinho.org.br
Site: www.saomartinho.org.br
Tel: (21) 2156-6500

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMAR

Endereço: Rua Barão do Bom Retiro, 2.059
Grajaú, RJ CEP 20540-340
E-mail: acaminho@acaminho.org.br
Site: www.acaminho.org.br
Tel: (21) 2258-7890 / 2577-2778 / 2589-0033

ASSOCIAÇÃO EXCOLA

Endereço: Av. General Justo, 275 – sala 217
Bloco B - Centro, RJ CEP: 20021-130
E-mail: excola@excola.org.br
Site: www.excola.org.br
Tel: (21) 2517-3318

BANCO DA PROVIDÊNCIA

Endereço: Rua dos Arcos, 54 - Lapa, RJ
CEP: 20230-060
E-mail: superintendencia@providencia.org.br
Site: www.providencia.org.br
Tel: (21) 2544-2769 / (21) 3257-2769

CASA DO MENOR SÃO MIGUEL ARCANJO

Endereço: Rua André Cavalcante, 149 - Santa Tereza - RJ CEP: 20231-050
E-mail: casadomenorrio@casadomenor.org.br
Site: www.casadomenor.org.br
Telefax: (21) 2242-0805

CEDECA RJ

Endereço: Av. General Justo, 275 – sala 317
Bloco B - Centro, RJ
CEP: 20021-130
E-mail: cedecarj@cedecarj.org.br
Site: www.cedecarj.org.br
Telefax: (21) 2517-3303

CENTRO DE TEATRO DO OPRIMIDO

Endereço: Av. Mem de Sá, 31 - Lapa, RJ
CEP: 20230-150
E-mail: ctorio@ctorio.org.br
Site: www.ctorio.org.br
Tel: (21) 2215-0503 / (21) 2232-5826

CHILDHOPE

Endereço: Av. General Justo, 275, Sala 202
Bloco A - Centro, RJ CEP: 20021-130
E-mail: childhope@childhope.org.br
Site: www.childhope.org.br
Tel: (21) 2544-7784 / (21) 2240-7399

CRANÇA RIO

Endereço: Rua Coronel Cota, 48 – parte Meier, RJ CEP 20735-280
E-mail: crianuario@crianuario.org.br
Site: www.crianuario.org.br

FONDATION TERRE DES HOMMES

Endereço: Rua Almirante Alexandrino, 296 / 101A Santa Teresa, RJ
CEP: 20241-260
E-mail: fondationtdh@uol.com.br
Site: www.tdh.ch
Tel: (21) 2210-4109

FUNDAÇÃO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO

Endereço: Av. Beira Mar, 216 / 701 Centro – RJ
E-mail: cddhbr@bentorubiao.org.br
Site: www.bentorubiao.org.br
Tel: (21) 2262-3406

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA

Endereço: Av. General Justo, 275 – sala 317 Bloco B - Centro, RJ
CEP: 20021-130
E-mail: mnmmr-rj@bol.com.br
Site: www.mnmmr.org.br

ORGANIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO LEGAL

Endereço: Av. Marechal Floriano, 199 / 5º andar - sala 502, Centro - RJ
CEP: 20080-005
E-mail: coordenacao@projetolegal.org.br
Site: www.projetolegal.org.br
Tel: (21) 2507-6464

PROGRAMA SOCIAL CRESCER E VIVER

Endereço: Rua Benedito Hipólito, s/nº Praça Onze- Cidade Nova
CEP 21211-130
E-mail: crescereviver@crescereviver.org.br
Site: www.crescereviver.org.br
Tel: (21) 3972-1391

REMER

Endereço: Rua Cardoso Marinho, 29 Santo Cristo – RJ
E-mail: remer@remer.org.br
Tel: (21) 2233-4356

SE ESSA RUA FOSSE MINHA

Endereço: Rua Alice, 298 - Laranjeiras, RJ
CEP: 22241-020
E-mail: seessarua@seessarua.org.br
Site: www.seessarua.org.br
Tel: (21) 2557-6345

BIBLIOGRAFIA

BENSAID, Daniel. Os Irredutíveis - Teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BORDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2002.

LOWY, Michael & BENSAID, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. São Paulo: Xamã Editora, 2000.

Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Rio de Janeiro: CMDCA, 2009.

RIZZINI, I. Vida nas Ruas. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2003.

TSE-TUNG, Mao. Sobre a Prática e sobre a contradição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Gramsci, A. Concepção Dialética da História. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, 3 ed: Editora Civilização Brasileira, 2001.

SIGLAS UTILIZADAS

ABTH - Associação Brasileira Terra dos Homens

ALERJ - Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro

CASR - Criança e Adolescente em Situação de Rua

CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CT - Conselho Tutelar

DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas

DST / AIDS - Doença Sexualmente Transmissível / Síndrome da Imuno Deficiência

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FIA - Fundação da Infância e Adolescência

Fórum DCA - Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente

GT - Grupo de Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

OG - Organização Governamental

REMER - Refúgio dos Meninos de Rua

RRC - Rede Rio Criança

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

Tdh - Fondation Terre des hommes

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância



REDE RIO CRIANÇA

Site: www.rederiocrianca.org.br

E-mail: rederiocrianca@rederiocrianca.org.br / rederiocrianca@gmail.com

Tel/Fax: (21) 2240-0281 / 2240-2318

Endereço: Av. General Justo, 275 – Bloco B – sala 317

Centro – RJ – CEP 20021-130 • Rio de Janeiro – Brasil • Junho 2010

ISBN 978-85-61181-03-1



9 788561 181031

REALIZAÇÃO



PROMOÇÃO



Secretaria Especial
dos Direitos Humanos

